

SEPÉ TIARAJU, 250 ANOS DEPOIS

Comitê do ano de Sepé Tiaraju (org.)

SEPÉ TIARAJU, 250 ANOS DEPOIS

EDITORA
EXPRESSION POPULAR

Copyright © 2005, by Editora Expressão Popular

Revisão: *Geraldo Martins de Azevedo Filho*

Projeto gráfico, capa e diagramação: *ZAP Design*

Ilustração da Capa: *José Carlos Melgar*

Impressão e acabamento: *Cromosete*

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

S479 Sepé Tiaraju / Comitê do Ano de Sepé Tiaraju (org.). -
1.ed.-- São Paulo : Expressão Popular, 2005.
104 p.

Livro indexado em GeoDados-<http://www.geodados.uem.br>
ISBN 85-87394-84-3

1. Sepé Tiaraju, -1756 - Líder revolucionário - Rio Grande do Sul. 2. Sepé Tiaraju. -1756 - Missão de São Miguel, RS - Corregedor. 3. Brasil -- História -- Reduções jesuíticas, 1754-1756. 3. Índios Guaranis - História. 4. Guerra Guaranítica. I. Comitê do Ano de Sepé Tiaraju. II. Título.

CDD 21.ed. 981.03
981.65

ELIANE M. S. JOVANOVIČ CRB 9/1250

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada
ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição: novembro de 2005

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR

Rua Abolição, 266 - Bela Vista

CEP 01319-010 – São Paulo-SP

Fone/Fax: (11) 3112-0941

vendas@expressaopopular.com.br

www.expressaopopular.com.br

Sumário

APRESENTAÇÃO	7
1 - SEPÉ TIARAJU, 250 ANOS DEPOIS	9
2 - 1956: A HOMENAGEM EMBARGADA A SEPÉ TIARAJU	27
3 - SÃO SEPÉ TIARAJU: UTOPIA E PROFECIA	35
4 - SEPÉ TIARAJU E A IDENTIDADE GAÚCHA.....	41
5 - ENTREVISTAS	
5.1. “Sepé representa a luta pela nossa dignidade”	49
<i>Entrevista com Maurício da Silva Gonçalves</i>	
5.2. Um símbolo da resistência guarani	53
<i>Entrevista com Alcy Cheuiche</i>	
5.3. “Sepé já foi canonizado por índios e pobres”	60
<i>Entrevista com Antonio Cechin</i>	
5.4. A relação de povoamento do Brasil meridional com as sociedades indígenas é um processo etnocida	68
<i>Entrevista com Tau Golin</i>	
5.5. As vidas de Sepé	74
<i>Entrevista com Eliana Inge Pritsch</i>	
5.6. A experiência missioneira continua viva	83
<i>Entrevista com Ceres Karam Brun</i>	
5.7. Um ano para lembrar Sepé Tiaraju	92
<i>Entrevista com Luiz Carlos Susin</i>	
5.8. “Creio que não se deva exagerar o alcance individual de Sepé Tiaraju”	94
<i>Entrevista com Arthur Rabuske</i>	

APRESENTAÇÃO

Nos últimos anos das Missões Guaranis, entre a morte de Sepé Tiaraju, em 1756, e a expulsão de todos os jesuítas da América do Sul, no ano de 1768, Voltaire pronunciou sua famosa frase: “A experiência cristã das Missões Guaranis representa um verdadeiro triunfo da humanidade”. No ano de 1979, mais de dois séculos depois, a UNESCO, organismo das Nações Unidas para Educação e Cultura, tombou as Ruínas de São Miguel Arcanjo como Patrimônio da Humanidade.

Nos Sete Povos das Missões, no Rio Grande do Sul, e nos 26 que existiram em território hoje da Argentina e Paraguai, a paz resultava do trabalho comunitário e cooperativo, cujos frutos eram divididos entre todos os habitantes. Não havia convivência da riqueza com a miséria. Guarani, em seu próprio idioma, significa guerreiro. Esses guerreiros, homens e mulheres, endereçaram suas energias para tarefas pacíficas, chegando ao ponto de imprimir livros, fundir sinos de bronze, fabricar violinos e compor música para tocá-los.

José Tiaraju, mais conhecido como Sepé, o “Facho de Luz”, era corregedor da Redução de São Miguel, ou seja, prefeito da cidade,

eleito pelos concidadãos índios guaranis, quando da assinatura do Tratado Madri, em 1750. Por esse tratado, os reis de Portugal e Espanha trocavam os Sete Povos das Missões pela Colônia do Sacramento, obrigando cerca de 50 mil índios cristãos a abandonarem suas cidades, igrejas, lavouras, fazendas, onde criavam dois milhões de cabeças de gado e, principalmente, a abandonarem a terra de seus ancestrais. Insurgindo-se contra esse tratado espúrio, Sepé Tiaraju liderou a resistência dos índios guaranis, pronunciando a famosa frase, decantada no Rio Grande do Sul, em prosa e verso: “Esta terra tem dono”.

Ao final da luta, Sepé Tiaraju tombou em combate no dia 7 de fevereiro de 1756, enfrentando tropas portuguesas e espanholas no local chamado Batovi, hoje cidade de São Gabriel. Três dias depois, no dia 10 de fevereiro, mil e quinhentos índios foram trucidados na batalha do Caiboaté, não havendo oficialmente nenhuma baixa nos exércitos invasores. Poucos meses depois, nada mais existia do sonho missioneiro de uma sociedade cristã, mas o povo do Rio Grande do Sul, por sua própria conta, canonizou o herói guarani missioneiro como São Sepé, nome dado ao arroio, à margem do qual passou sua última noite, e à atual cidade de São Sepé.

O dia 7 de fevereiro de 2006 marca os 250 anos da morte de Sepé Tiaraju. A lembrança do herói missioneiro, que morreu na luta contra os dois maiores impérios da época e na defesa da terra e de seu povo, reascende a mística da luta popular. O povo indígena, trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, oprimidos de toda a América Latina se unem para gritar contra os impérios do século 21: “Alto lá! Esta terra tem dono!”

Que os textos e entrevistas que trazemos neste livro contribuam para que tenhamos um grande Ano de Sepé Tiaraju.

Comitê Pró-Comemorações do Ano de Sepé
www.projetosepetiaraju.org.br

I - SEPÉ TIARAJU, 250 ANOS DEPOIS

ALCY JOSÉ DE VARGAS CHEUICHE*

Sepé Tiaraju

O olhar perdido ao longe
pelas coxilhas do tempo.
Os cabelos pelos ombros,
do negro da noite longa,
onde brilha seu lunar.

Lunar riscado na testa,
como marca de um destino
que um dia se vai cumprir.
O torso nu, ofegante,
sorvendo o ar transparente.
Os pés chantados na terra

* Nascido em Pelotas (RS), em 1940, é escritor e autor, entre outros livros, da obra "Sepé - Romance dos Sete Povos das Missões", publicado em diversas línguas e também editado em quadrinhos.

que defendeu numa guerra
como cultivou na paz.

Quem é esse índio triste?
Esse Sepé ainda existe
no sangue de todos nós?
Esse índio de alma leve
como o vôo do barreiro
que carrega o dia inteiro
o barro pra um novo lar?

Esse que olha o presente,
lá do fundo do passado,
é o derradeiro soldado
de um sonho de liberdade.
Morreu o filho dos Tapes,
ante a espada lusitana,
ante o arcabuz de Castela,
sob a cruz do Nazareno,
num dia de fevereiro
que o tempo não apagou.

E morreu porque queria
ver seus irmãos guaranis
dedilhando os instrumentos
de música e de trabalho,
livres na terra onde um dia
o jesuíta os encontrou.

Foi por isso que lutou
nosso Sepé Tiaraju,
caindo de lança em punho

junto a milhares de irmãos
que ergueram suas mãos
numa fronteira de sangue,
numa fronteira de idéias,
à outra filosofia
que afinal triunfou.

Morreu o jovem cacique
Sepé, o filho do tempo,
mas voltou junto com o vento,
na chama que renasceu
e que nunca se apagou.
Pois o povo que julgou
a nobreza no martírio,
sem consultar a Igreja,
um dia o santificou.

E da Cruz do Batovi,
o índio santificado,
cabelos soltos ao vento,
olhar perdido ao longe,
pelas coxilhas do tempo,
para toda a eternidade,
volta da lenda campeira,
lunar brilhando na testa,
para guiar as consciências,
cada vez, que nesta terra
se luta por liberdade.

Com esse poema eu saúdo a Nação Guarani. Há 30 anos atrás, quando escrevi o livro “Sepé Tiaraju, Romance dos Sete Povos das Missões”, felizmente depois lançado em espanhol, alemão e em

quadrinhos, era uma época de ditadura. O meu primeiro livro chamava-se “O Gato e a Revolução”. Era uma sátira política e eu fui preso, respondi dois processos, o livro foi retirado de circulação.

Aí eu pensei, não vou escrever outro livro para ser cassado. E decidi: vou tratar de um fato histórico que tenha demonstrado que socialismo cristão não é utopia. Foi quando comecei a pesquisar sobre Sepé Tiaraju e as Missões Guaranis.

É preciso que eu diga a todos que me ouvem que nunca aceitem a palavra utopia (no sentido de algo impossível de realizar) para a República Missioneira dos Guaranis. Porque, se Sepé Tiaraju nasceu no ano de 1722, as Missões Guaranis nasceram no ano de 1612, portanto, quando Sepé nasceu já havia mais de um século que as Missões existiam, começando pelas de Guaíra, hoje Estado do Paraná. E o que aconteceu?

Vamos responder. Mas, primeiro, uma palavra em relação ao descobrimento.

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, não houve nenhum descobrimento. Senhores professores, orientadores educacionais, vamos riscar a palavra “descobrimento” dos livros escolares, porque quando os portugueses chegaram havia mais índios no Brasil do que portugueses em Portugal. Juntando Portugal e Espanha, havia menos portugueses e espanhóis nos seus territórios do que tupis-guaranis e outros índios no território brasileiro. Os antropólogos discutem, mas viviam entre 5 e 10 milhões de seres humanos em nosso atual território. Portanto, o Brasil não foi descoberto. Pero Vaz de Caminha, que era um homem honesto, colocou na sua carta ao rei Dom Manoel apenas elogios ao povo que os recebeu. Índios, porque eles acreditavam estar chegando na Índia, onde procuravam fortuna, especiarias.

Caminha relatou ao rei que os índios os receberam pacificamente. Que não houve a menor agressão, até a cruz da primeira missa, eles não estavam entendendo, mas ajudaram a cortar madeira e a

levantá-la. Que eles tinham uma saúde maravilhosa, que tinham os dentes perfeitos, que gostavam de se jogar dentro d'água. O banho para o índio era um hábito comum, uma terapia quando tinham alguma dor. E aqueles portugueses, barbudos e sujos, ao partir deixaram de presente, além de dois bandidos degredados, a gripe e outras doenças. Eles deixaram doenças que não existiam no território brasileiro. Esse foi o primeiro crime.

No México, os maiores aliados de Cortez não foram apenas as armas de fogo e os seus cavalos, mas a varíola, que os mexicanos não conheciam. A varíola levada da Espanha dizimou grande parte da população asteca e facilitou a conquista.

Portanto, nos livros de história, não vamos mais falar nessa palavra. Eles não descobriram nada, chegaram a um território habitado. Na dedicatória do meu livro, eu coloquei assim: “Dedico esse livro a todas as minorias raciais que, nesta e em outras regiões do globo, lutam por sua dignidade e sobrevivência”. Lutam por sua dignidade e sobrevivência, essa é a dedicatória do livro. A luta do povo guarani é o que nos interessa, não é só tirar a poeira de cima de Sepé Tiaraju, embora seja muito importante, porque Sepé realmente é um símbolo dessa luta e, se ele estava junto da cruz, foi porque não houve escolha. Entre a espada dos colonizadores e a cruz dos jesuítas, os índios guaranis escolheram corretamente, porque senão eles teriam sido dizimados. E sob a proteção da cruz conseguiram, durante mais de um século, mostrar que estavam aptos a se desenvolverem também na cultura alheia. Esse é um dos aspectos mais importantes, porque quando os portugueses chegaram ao Brasil pelo Atlântico e os espanhóis pelo lado do Pacífico, a primeira coisa que pediram para a Igreja foi que não reconhecesse os índios como seres humanos, imaginem por quê: porque se não tivessem alma, então eram animais, e sendo animais podiam ser escravizados. A Igreja não aceitou jamais isso. Tantos erros cometidos nesses dois mil anos, mas esse erro a Igreja não cometeu.

Em 1612, o Brasil estava sob domínio de Portugal. Por sua vez, Portugal estava sob domínio da Espanha, de 1580 a 1640. Por isso foi o rei da Espanha que permitiu aos jesuítas começarem a reunir os guaranis lá na região de Guaíra ou Guairá, perto daquela maravilhosa queda de Iguaçu, onde começaram os primeiros povos.

Quero que vocês aprendam uma palavra importante. Por que chamamos de “reduções” as cidades missioneiras? Os inimigos dos guaranis e dos jesuítas diziam, “já botaram o nome de reduções porque queriam reduzir os índios à escravidão”. Mas a palavra vem do latim, e quer dizer “reconduzir” e não “reduzir”. *Ad Ecclesiam et vita civile reducere*: reconduzir à Igreja e à vida em sociedade.

Os primeiros catequizadores foram os padres italianos Cataldino e Maceta. Reuniu-se a eles o Padre Montoya, que viria a ser autor do primeiro dicionário espanhol/guarani. Em poucos anos aldearam e cristianizaram cerca de 50 mil índios. Mas estavam perto demais de Piratininga, isto é, dos canais de São Paulo. Os chamados bandeirantes, chefiados por Raposo Tavares, incendiaram essas aldeias cristãs, mataram muitos índios e levaram milhares como escravos. Inquiridos pelos jesuítas, responderam que estavam apenas cumprindo os ditames da Bíblia: combatei as nações pagãs. Mas se esse combate não lhes desse um grande lucro, é certo que jamais o fariam.

Para não sofrerem o mesmo destino, cerca de 10 mil índios sobreviventes foram levados pelos jesuítas, atravessaram as Cataratas do Iguaçu, numa verdadeira epopéia, e recomeçaram a construir as reduções na margem direita do rio Uruguai, onde hoje é território argentino. No ano de 1626, os primeiros jesuítas entraram no território dos Sete Povos das Missões, hoje Rio Grande do Sul: Roque Gonzáles, Afonso Rodrigues e Juan del Castilho, hoje representados nos frontispício da catedral de Porto Alegre. Em poucos anos, os índios começaram a fundar novas cidades, a erguer casas e igrejas. Mas logo em seguida, Raposo Tavares desceu novamente de São Paulo-Piratininga e colocou fogo em todas, levando muitos índios como escravos.

Porto Alegre foi um entreposto de índios escravos. É uma vergonha para nós, mas temos que dizer a verdade. Raramente vejo historiadores relatarem como realmente foi o primeiro núcleo de gente branca em Porto Alegre: era o lugar onde encostavam os navios para levar os escravos. Desciam a Lagoa dos Patos e faziam a volta pelo mar, porque era difícil levar “a mercadoria” por terra até São Paulo. Então, infelizmente, o início da nossa civilização foi muito pouco civilizada.

Destruídos esses primeiros povos em nosso território, os índios guaranis tiveram que passar para a margem direita do rio Uruguai, na atual Argentina. Mas Portugal recuperou a sua autonomia em 1640 e, no ano de 1641, estava-se novamente e reerguer essas cidadezinhas cristãs dos índios, quando uma bandeira desce o rio Uruguai e depois penetra o rio Ijuí. Eles iam em canoas e tinham, além dos bandeirantes, índios tupis escravizados.

E foi quando aconteceu o que eu gostaria que todos os livros de história colocassem ao nosso alcance: a batalha de Mbororé. Os bandeirantes usavam armas de fogo e os índios só tinham flechas e lanças. Aí eles pensaram: será que a gente não pode fazer um canhão? Não tinham pólvora, não tinham metal para fazer um canhão. Mas dois irmãos jesuítas, que antes tinham sido soldados na Europa, junto com os índios, inventaram um canhão de taquara, que é o símbolo da resistência guarani. Uma taquara grossa, chamada taquaruçu. Eles tiraram o miolo, prepararam a pólvora, mataram dois ou três touros, e costuraram a taquara com couro de touro molhado. Quando secou, aquilo ficou um ferro. Dentro, botaram a pólvora e uma pedra redonda. Esse foi o primeiro canhão guarani, usado em 1641, na batalha de Mbororé.

Agora vou contar o que aconteceu com os valentes bandeirantes. Quando eles desciam o rio Ijuí, encontraram as canoas dos índios. Antes que eles atirassem com os mosquetes, receberam o primeiro tiro do canhão de couro de touro que, evidentemente

estourou, mas a bala atingiu os bandeirantes. E logo troaram o segundo e o terceiro canhões. O que os valentes invasores fizeram? Fugiram e nunca mais voltaram. A última vez que os bandeirantes entraram no território do Rio Grande do Sul foi em 1641, porque eles não estavam conquistando território nenhum para o Brasil, como a História oficial registra. Como Erico Veríssimo escreveu, de maneira crua, mas verdadeira, eles estavam preando índios e emprenhando índias. Veríssimo diz isso, eles estavam roubando índios para escravos e se aproveitando das mulheres dos índios. Essa a única verdade.

A batalha de 1641 representa o início do período áureo dos Sete Povos, que floresceram até a morte do Sepé, um século e 15 anos depois. Nesse período, de 1641 a 1756, foi o auge da República Guarani, não só em território do Rio Grande do Sul, mas também em território da Argentina atual e do Paraguai. Eram 33 cidades missioneiras.

Sobre Sepé Tiaraju, que nasceu em 1722, cem anos antes da independência do Brasil, alguns escritores disseram, nos 200 anos da sua morte, que ele lutou contra o Brasil. Mas que Brasil, se o Brasil nasceu como nação independente 100 anos depois que Sepé nasceu? Sepé não lutou contra Brasil nenhum. Lutou contra a invasão de nosso território, que era, então, guarani.

Sepé Tiaraju nasceu em São Luiz Gonzaga, na mesma cidade onde nasceria, quase dois séculos depois, o poeta Jayme Caetano Braun. Naquela época do nascimento de José, seu nome de batismo, houve uma epidemia de escarlatina, doença que matava milhares de pessoas, e os pais de Sepé morreram dessa doença e ele ficou órfão. O que aconteceria hoje, o que acontece com as crianças que ficam órfãs na maioria dos lugares? Se forem pobres, elas vão pedir esmolas, porque não têm uma proteção verdadeira da sociedade. Se tiverem sorte, poderão ser adotadas, ou encontrarem alguma creche que cuide delas. Mas Sepé tinha nascido numa cidade missioneira guarani, que sabia proteger seus órfãos.

E agora vocês têm que guardar alguns conceitos fundamentais. Os Sete Povos viviam no regime cooperativo. Nós tanto falamos em cooperativas, pois a primeira que tivemos foi dentro das missões guaranis. Então como funcionava? Vamos ver na cidade de São Luiz Gonzaga, pois eram muito parecidas as cidades missionárias, não só no seu desenho urbano, como melhor ainda no seu desenho político, social e administrativo. Então no final de cada ano, estou falando depois daquele início heróico, todos os dirigentes da comunidade eram eleitos pelo povo no dia 31 de dezembro. Quem era eleito? O prefeito da cidade, que levava o nome de corregedor-geral. Os vereadores que formavam o cabildo, que era a câmara de vereadores. Os juizes, os delegados de polícia, os responsáveis pela educação, os fiscais do campo, que representavam a cooperativa das diferentes estâncias de criação de gado, e os que cuidavam do Cotiguacu, que era a casa das viúvas e dos órfãos. Os mandatos valiam apenas por um ano.

Se vocês olharem a igreja de São Miguel Arcanjo, ali naquele painel, imaginem que estamos de frente para ela. Aquele espaço à direita era o cemitério, que depois foi retirado. Um pouco mais para a direita, existem muitas pedras ainda e umas árvores enormes que cresceram no meio das pedras. Ali era o Cotiguacu, a casa das viúvas e dos órfãos. A melhor casa da comunidade, aliás, um conjunto de casas ou pavilhões, com pátio interno. Ali viviam as viúvas e os órfãos, e o Tupambaé, palavra guarani que significa “propriedade de Deus”, que era a cooperativa geral da cidade, mantinha o Cotiguacu. A propriedade particular era chamada de Amambaé, ou propriedade do homem.

Como mantinham esse sistema socialista cristão? Os índios que trabalhavam na lavoura tinham direito de ter o seu pedaço de terra para cultivar. Cinco dias por semana eles podiam cuidar do seu pedaço particular de terra, mas no sexto dia, não obrigatoriamente o mesmo, eles faziam um tipo de plantão, trabalhando nas lavouras

da comunidade. As fazendas de gado eram só da comunidade, porque a carne era o alimento básico da população. Então se o índio quisesse plantar frutas, trigo ou qualquer outra coisa, ou ter galinhas, ovelhas, cabritos, ele podia ter na sua propriedade particular pequena, para subsistência. E se houvesse um problema qualquer, uma doença nos animais ou uma seca terrível como nós tivemos agora, o que acontecia? Não precisava pedir para governo nenhum a muitos quilômetros de distância. A cooperativa, o Tupambaé cuidaria deles.

Alguns chamam São Miguel de capital das Missões, mas elas não tinham capital, eram cidades independentes, um sistema municipalista, cada uma das 33 cidades era autônoma. Mas elas se ajudavam mutuamente. Então o que acontecia? Da mesma maneira que as pessoas, se uma cidade sofresse grandes perdas no gado ou na lavoura, simplesmente ia obter os recursos, as sementes, junto à cooperativa da outra cidade. Assim, Amambaé era a propriedade do homem, a sua casa, seus utensílios, e às vezes uma pequena área para trabalhar na lavoura, e Tupambaé era a propriedade de Deus. Não havia dinheiro, graças a Deus, porque como os índios não tinham dinheiro, os jesuítas também não introduziram. Tudo era na base da troca.

O ensino era obrigatório a partir de 6 anos de idade, até 12, 13 anos. Não havia um analfabeto nas Missões. Eles eram alfabetizados em guarani, escreviam e liam em guarani. As primeiras cartilhas eram livros primitivos, mas foram publicados nas Missões, primeiro à mão, depois, impressos.

Que acontecia quando as crianças chegavam aos 12, 13 anos? Como houve com Sepé Tiaraju, aqueles que mais se destacassem, continuavam a estudar para assumirem maiores responsabilidades. Alguns dizem que os dirigentes eram os filhos de caciques. Nada disso. Pode ser bonito chamar Sepé de cacique porque era um líder, um tuxaua, mas ele chegou a prefeito porque se destacou nos estu-

dos, se destacou no trabalho, na liderança. Aqueles que queriam estudavam mais alguns anos, e eram naturalmente esses que acabavam liderando a comunidade, o que me parece perfeito. Eles eram os que realmente estavam preparados para isso. Então, não havia miséria, não havia mendicância, não havia fome. Havia educação e partilha de recursos.

Por outro lado, não houve choque religioso. O cristianismo em seu estado puro não se chocava com o modo singelo de vida dos índios e de suas crenças. Eles também acreditavam num Deus criador, Maíra, que não era representado por imagens, nem totens. Não havia nada de essencial que os guaranis acreditassem que entrasse em confronto com o cristianismo, porque Cristo só pregou a paz e o amor, depois é que mataram em nome dele. Os jesuítas que vieram aqui realmente transmitiram aos guaranis o melhor do cristianismo. Então a sociedade cresceu.

Nosso colega Jorge Preiss, que escreveu um livro sobre a música nas Missões guaranis, faz algumas afirmações empolgantes. A primeira é que os índios aprenderam a fazer instrumentos musicais de muita qualidade. Tivemos aqui alguns jesuítas, como Domingos Zipoli, que eram músicos, vieram da Europa para ensinar a música aos índios. Então eles aprenderam a fabricar violinos e a tocar. Há um momento em que vem um padre de Roma visitar as Missões, e ele deixou um documento escrito, porque essas coisas estão documentadas, e relatou na sua volta mais ou menos assim: “Fui assistir a uma orquestra em São Miguel Arcanjo. Eles tocavam músicas clássicas maravilhosas, com os instrumentos musicais feitos por eles. Se eu fechasse os olhos poderia pensar que estava em Roma ou Paris, tal a perfeição com que eles tocavam”.

Quando fui lançar meu livro Sepé Tiaraju na Alemanha, minha mulher, minha filha eu estivemos em quinze cidades de diversas regiões alemãs. Impressionante como eles respeitam as Missões e como conhecem o assunto. Numa das palestras que proferi, as pa-

redes do auditório estavam cobertas de cartazes da estatuária guarani missioneira, que é famosa no mundo inteiro. O barroco guarani, as estátuas de madeira feitas pelos índios, já expostas até em Paris. Vejam a que ponto tinham chegado em sua arte, em sua cultura, e nesse momento aqui em Porto Alegre não tinha nada, terminara aquele entreposto de índios escravos, e este lugar estava esperando para recomeçar a sua história. Era um lugar muito bonito, dizem que muitos jacarés dormiam na beira do Guaíba.

Em quase toda a América, os índios eram assassinados. Enquanto isso, lá nas Missões já existia toda aquela estrutura social e econômica. Onde existia civilização? Onde existia ordem e respeito à vida humana? Onde a sociedade sem castas, sem mendigos? Quem elegia seus dirigentes? Em que lugar as mulheres votavam também? Eu conversei com frei Lugon sobre isso, uma das pessoas que mais estudaram as Missões guaranis. Clóvis Lugon, suíço, ele ainda me disse “Alcy, as mulheres também votavam”. Quanto tempo nós levamos para obter o voto feminino: só com Getúlio Vargas, em 1934, se não me falha a memória.

A vida nas Missões era tão impressionante, meus amigos, que muita gente não acreditava, e alguns ainda não acreditam. Por isso fui pesquisar uma frase de Voltaire, vocês sabem que Voltaire foi daqueles homens que valorizou as nações indígenas da América. Até escreveu um livro que o seu principal protagonista é um índio que vem do Canadá, quando era possessão francesa. Voltaire estudou também as Missões Guaranis e deixou uma frase definitiva: “O triunfo das Missões Guaranis no Sul da América, representa um verdadeiro triunfo da humanidade”. Um triunfo da humanidade, e olhe que Voltaire detestava padres. Aqueles padres que viviam em volta dos reis, todos enfarpelados, esse tipo de padre ele até ridicularizava.

Os jesuítas que vieram para cá eram idealistas, verdadeiros missionários. Como exemplo, podemos citar o padre Sepp, austríaco que o foi um dos “Meninos cantores de Viena”. Ele nos deixou um

livro contando a vida nas Missões. Foi ele que criou a redução de São João, a penúltima a ser fundada, antes de Santo Ângelo.

Aliás, para a gente não esquecer dos nomes dos Sete Povos, fiz um verso bem pequenininho pra memorizar:

“São Borja, São Luiz,
São Lourenço, São João,
São Nicolau, Santo Ângelo
e São Miguel Arcanjo
com a sua catedral
que ainda resiste
no meio do campo
por ser imortal”.

Escrevi esse verso para os estudantes decorarem os nomes dos Sete Povos. Pois São João foi criado pelo padre Sepp, e essa descrição é belíssima quando ele conta mais ou mesmo assim:

“De repente a cidade tinha crescido muito, então achamos melhor criar uma outra cidade. O corregedor e os membros do cabildo se reúnem e discutem o projeto. Muito debate entre os índios antes da aprovação. E aí, aprovado, como todos sabiam escrever, abriram um livro de inscrições para as famílias que quisessem mudar.”

Então o Padre Sepp conta que 300 famílias aceitaram aquele desafio. Os índios não tinham muitos filhos, dois, três. Assim, umas mil pessoas aceitaram. Então ele saiu com um grupo desses índios para escolher o local. Feito isso, trabalharam durante um ano para erguer as casas. Como eram as casas? Uma colada na outra, vocês vêem ainda desenhos daquela época. Quando um casal ia casar-se recebia auxílio da cooperativa, do Tupambaé, para construir sua casa colada na outra que já estava ali, e mais uma, e mais outra, e faziam a rua. Quando já estava ficando longa a rua, passavam para a rua de trás.

E os índios de São Miguel construíram a praça central, a igreja, o cabildo, que era a câmara de vereadores e onde o prefeito também trabalhava. Era um prédio grande, não tinha cadeia, eles em último caso tinham um local que era na enfermaria, um local reservado para pessoas que ficassem alucinadas, o que era raro. Não havia roubo, não havia violência, porque nós sabemos que, com raras exceções, isso é fruto da injustiça. Muitos não querem que seja. Não!!!! O homem já nasce bandido, ele mata porque é bandido!!! E como é que nas Missões não havia assaltos, não tinha banditismo. O banditismo veio com os colonizadores, isso é história, não é lenda.

Sepé não pediu esmolas. Foi para o Cotiguaçu e depois mudou-se para São Miguel Arcanjo. Lá ele aprendeu tudo o que uma criança guarani missioneira aprendia, inclusive os hábitos e costumes ancestrais. Aprendeu a ler e escrever em guarani e espanhol. Tinha bons conhecimentos de latim. Mas também aprendeu a manejar o arco e flecha e a lança. Tornou-se um exímio cavaleiro e aprendeu a lidar com o gado e trabalhar nas lavouras de trigo e algodão.

Quando os espanhóis chegaram aqui, e botaram uns espelinhos e outras bugigangas para atrair os “selvagens”, o índio que chegou na frente daquelas bugigangas era muito mais culto que o próprio comandante dos invasores. Antes disso, Sepé fora eleito para vários cargos administrativos, até que, finalmente, em 31 de dezembro de 1749, isso tem registro na Espanha, foi eleito corregedor, prefeito de São Miguel Arcanjo. Ele tinha apenas 28 anos.

Então, o que aconteceu? Em 1750, os Sete Povos das Missões tinham mais ou menos 50 mil habitantes, a maior cidade era São Miguel e aquela catedral já estava pronta. A catedral foi construída de 1734 a 1744, o arquiteto foi Giovanni Batista Primoli, um irmão jesuíta italiano que foi o mesmo que construiu a igreja de São Francisco e o cabildo de Buenos Aires.

Aquela igreja que, em 1983, a UNESCO tombou como Patrimônio da Humanidade, foi construída só pelos índios com

orientação do arquiteto. Eles cortavam as pedras nas margens do arroio Santa Bárbara, a mais ou menos 2 léguas de São Miguel, colocavam em carretas e traziam para a cidade. Talhavam essas pedras, com esforço enorme, claro, porque tudo era primitivo, os artistas as decoravam e as paredes da catedral iam sendo levantadas. Os índios levantaram em 10 anos a construção, todos voluntários. Jamais como as pirâmides do Egito, na base do chicote, da barbaridade, e outras obras que custaram tantas vidas humanas. No mínimo, 100 índios trabalhavam permanentemente, e eles brigavam para trabalhar naquela igreja. Assim são os relatos da época, e eu não duvido pela paixão que eles tinham por suas cidades. Quando terminou a construção dessa catedral que nós vemos agora mutilada, parecia aos guaranis que não existia obra mais linda no mundo cristão.

O incrível é que desse “esqueleto” tão lindo que sobrou, muitas pedras foram roubadas. Isso está no registro do Rio Grande do Sul. Em 1911, foi feito o primeiro tombamento dessa igreja porque vieram se queixar, aqui no Palácio Piratini, que estavam roubando as pedras para fazer alicerces por aí. Então parte caiu e parte foi roubada.

Mas vamos voltar ao Sepé. Em 1750, quando Sepé era o prefeito de São Miguel, habitavam a região dos Sete Povos cerca de 50 mil índios missioneiros. Viviam em cidades organizadas plantando trigo, milho, algodão, criando cabras, ovelhas e gado bovino, do qual, em suas estâncias, tinham cerca de 2 milhões de cabeças.

Foi quando os reis de Espanha e Portugal assinaram o Tratado de Madri, com a desculpa de acertarem suas fronteiras na América meridional. Pelo tratado, todos os índios dos Sete Povos deveriam abandonar suas cidades, lavouras e mudar-se para a margem direita do rio Uruguai, atual território argentino. Os portugueses tomariam conta do fruto do trabalho de mais de um século dos guaranis e, em troca, entregariam à Espanha a Colônia do Sacramento, em atual

território uruguaio. Realmente, uma desculpa para destruir a República Guarani, que crescera demais.

Em resumo, porque me dói contar essa parte da história, Sepé e Nicolau Nhenguiru, corregedor da redução de Santa Maria, do outro lado do rio Uruguai, mobilizaram os índios para a defesa. Por incrível que pareça, usando a tática das guerrilhas, queimando campos para afugentar o gado de perto dos exércitos invasores, conseguiram ganhar tempo até fevereiro de 1756.

No dia 7 de fevereiro de 1756, Sepé morreu em combate no local onde hoje é a cidade de São Gabriel. Três dias depois, em 10 de fevereiro de 1756, houve a batalha de Caiboate, onde cerca de 1,5 mil índios, liderados por Nicolau Nhenguiru, foram trucidados. Canhões de um exército de 3,5 mil soldados espanhóis e portugueses, os mais poderosos da época, contra lanças e flechas. Morreram quase todos os índios, e os arquivos de guerra do exército invasor acusam apenas alguns feridos, nenhum morto.

Essa é a verdade histórica. Quem tinha legitimidade para defender seu território era Sepé, eleito pelo povo guarani. E também Nicolau Nhenguiru e outros líderes missioneiros. Por isso me encanta que seja numa casa legislativa que se faça esse reconhecimento oficial de Sepé Tiaraju como “herói guarani missioneiro rio-grandense. Porque ele era o líder legítimo do seu povo, diante de qualquer tribunal dito civilizado.

Os outros que eram os invasores, como invadiram o Brasil no descobrimento, como invadiram os outros territórios da América, eles invadiram as Missões. Os índios sobreviventes que voltaram para São Miguel tentaram ainda uma resistência e como não podiam fazer mais nada, tocaram fogo na catedral, como atestam algumas pedras negras no fundo da nave. E depois, deixando todos seus pertences, tiveram que partir para a margem direita do rio Uruguai.

Doze anos depois, em 1768, todos os jesuítas foram expulsos da América. Os nossos daqui foram colocados num barco em Buenos

Aires, que parecia um barco de leprosos, porque ninguém queria chegar perto desses jesuítas. E eles atravessaram o mar em péssimas condições, até fome passaram, morreram muitos, até que a rainha Catarina da Rússia os aceitou em seu território. Assim terminou a epopéia.

Hoje temos que reconhecer que a Nação Guarani conseguiu o que ninguém mais no mundo soube construir, uma sociedade verdadeiramente cristã. Foi por isso que a UNESCO tombou as ruínas de São Miguel como Patrimônio da Humanidade. Mas será que as Nações Unidas fizeram isso por causa da beleza dessas pedras, por causa do grande arquiteto Giovani Batista Primoli, ou por que elas são o símbolo da República Guarani, da resistência desses índios, da coragem de Sepé e de uma sociedade cristã que não aconteceu em lugar nenhum do mundo? Mais de 100 anos não é utopia, graças a Deus!

Muito obrigado.

2 - 1956: A HOMENAGEM EMBARGADA A SEPÉ TIARAJU

ELIANA INGE PRITSCH*

Quero atizar os ânimos revivendo a polêmica desencadeada pela negativa – por parte da Comissão de História do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS) – da pertinência em se construir um monumento em homenagem a Sepé, em 1956.

Não se discutiu somente acerca da figura do líder guarani, mas também sobre a inserção do espaço missioneiro na concepção de espaço formador do Estado, sobre o legado jesuítico-guarani, sobre a importância do índio na formação histórica gaúcha. Ou seja, discutia-se se era possível falar em história sul-rio-grandense sem essa estar ligada à base luso-brasileira, se era possível falar em Rio Grande do Sul antes de 1810, década da consolidação das fronteiras.

De certa forma, a polêmica incluía também a própria obra de um jesuíta, Carlos Teschauer, que publicou, entre 1919 e 1922, *O Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos*, obra em três volumes em que trata do Rio Grande do Sul dos anos de 1600 e

* Eliana Inge Pritsch é pesquisadora e professora universitária, autora da tese de doutorado “As vidas de Sepé”, pela UFRGS, em 2004.

1700. Há historiadores que, portanto, incluem as Missões na História e outros que rechaçam essa obra exatamente porque pensam que o espaço missionário, as Missões, os guaranis e tudo que se refere a esse ambiente e a esse período histórico não pode ser incorporado.

A discussão é bastante ampla, não se restringindo a Sepé. Mesmo no que diz respeito a esse líder guarani, também há muitas controvérsias, porque Sepé é uma figura que está no limite entre o histórico, o lendário e ainda o literário. Congrega elementos diversos e sua figura é evocada ideologicamente com representações também diferenciadas.

Como se sabe, desde muito cedo a história brasileira e a do Rio Grande do Sul, por extensão, foi contada pelo viés português. No caso de Sepé, a pequena tolerância dos lusitanistas estava na aceitabilidade, por exemplo, de *O lunar de Sepé*, de Simões Lopes Neto, mas como manifestação literária, portanto, como invenção, como criação. A lenda não pode dar sustentação histórica.

Por ocasião do bicentenário da morte de Sepé Tiaraju, um major do Exército (João Carlos Nobre da Veiga) sugeriu a construção de um monumento em homenagem a esse líder guarani, em São Gabriel, no local de sua morte. O pedido salientava a necessidade de se fazer uma homenagem ao herói desaparecido em holocausto à pátria; por meio da figura de Sepé, louvar-se-ia o passado de lutas, glórias e sacrifícios de todo o povo gaúcho.

A proposta foi fundamentada em dois argumentos. O primeiro assinala que “Ao que tudo indica, era este verdadeiro brasileiro, na acepção pura da palavra, o principal chefe dos guaranis, na resistência heróica que estes ofereceram ao cumprimento dos artigos do Tratado de Madrid, assinado por portugueses e espanhóis, em 13 de janeiro de 1750”. A segunda alegação diz que “Este índio simboliza na singeleza da sua vida, na pobreza de seus recursos materiais e no incomparável devotamento patriótico, o valor pessoal do brasileiro,

que, em todas as épocas de nossa história, sempre se opôs à sanha incoercível de seus adversários”.

Enviou um ofício ao então governador do Estado (Ildo Meneghetti), que solicitou que a Comissão de História do IHGRS se manifestasse, o que ela fez, em reunião do dia 18 de outubro de 1955, emitindo um parecer contrário, refutando que o sentido de pátria representado por Sepé não era da pátria portuguesa, não podendo, portanto, ser associado ao patriotismo do gaúcho brasileiro. Salientam a mitificação em torno desse herói indígena, fato que lhe desfigurava a personalidade real, única, relevante à luz da ciência histórica e digna de sua exegese. Sugerem, ainda, a justa homenagem a Rafael Pinto Bandeira, ou dito de outra maneira, seria praticar a grave injustiça de conferir a Sepé um título a que tem inconcusso e líquido direito um Rafael Pinto Bandeira.

No final do mês seguinte, em novembro, o parecer foi divulgado na imprensa, instaurando, em primeiro lugar, uma polêmica entre os próprios membros do Instituto Histórico, polêmica essa que se alastrou à comunidade cultural e a outros historiadores ligados aos setores nativistas sobre a legitimidade de se erguer um monumento em homenagem ao índio Sepé.

Em primeiro lugar, os conceitos de história, pátria e herói defendidos por cada um dos segmentos diferem substancialmente. Para o primeiro grupo, anti-Sepé, a história deve-se ater aos documentos, aos fatos, e não à lenda; pátria (Brasil) circunscreve-se à raiz lusitana, à inserção do Rio Grande no império português e, assim, herói nacional só pode ser aquele que desempenha papel de destaque para expansão ou afirmação desse império. Para o segundo grupo, pró-Sepé, a lenda, o folclore podem ser documentos históricos válidos: a história do Rio Grande começa muito antes da sua anexação ao império lusitano. Os índios nativos e, depois, as Missões espanholas devem, também, fazer parte dessa história e, em virtude disso, Sepé pode representar um caráter heróico porque telúrico, uma

suposta primeira manifestação de amor à terra, mote tão ao gosto do nosso regionalismo.

No fundo, o que se discutiu na década de 1950 foi, também, o conceito de história defendido por cada um dos grupos. Para boa parte dos membros do IHGRS, naquela época, história é aquilo que está nos registros escritos; a lenda e a tradição popular não podem ser argumentos doutos.

O primeiro argumento da Comissão diz respeito ao sentido de pátria representado por Sepé, que não era da pátria portuguesa, não podendo, portanto, ser associado ao patriotismo do gaúcho brasileiro. Era improcedente a homenagem, uma vez que Sepé, sendo súdito de Espanha, só podia ser inimigo do lado lusitano e, futuramente, brasileiro.

Reagindo contra as estipulações do Tratado de Madrid – cuja justiça ou injustiça não é momento de considerar – Sepé somente poderia ter em vista a integridade territorial da chamada “Província do Paraguai”, a que pertenciam os Sete Povos das Missões: defendia, portanto, em última análise, a Coroa espanhola. “(...) A conclusão parece-nos irretorquível: não só é inaceitável o ‘brasileirismo’ de Sepé, como ainda não é admissível encará-lo como uma expressão do sentimento, das tendências, dos interesses, da alma coletiva, enfim, do povo gaúcho, que se estava formando ao signo da civilização portuguesa”.

No documento, os historiadores também salientam a mitificação em torno desse herói indígena, fato que lhe desfigurava a personalidade real, única, relevante à luz da ciência histórica e digna de sua exegese. Sugerem, então, a substituição de Sepé por Rafael Pinto Bandeira, “o fronteiro do Sul, que delineou as nossas fronteiras e que, com seu ingente esforço, criou e consolidou esse Rio Grande do Sul, que Sepé valentemente combateu, opondo-se quanto pôde, ao destino histórico de sua inclusão na civilização lusitana e no Brasil”.

Enquanto o heroísmo de Sepé era destituído de significação histórica e, principalmente, de qualquer valor simbólico integrador, o de Pinto Bandeira estaria situado no solo do rigor científico, tendo a seu favor, e como demarcador dessa diferença, a existência de um documento “autêntico”, “valioso, de uma testemunha ocular” de algo “comprobatório”. Assim, a erudição subtrairia Sepé da história gaúcha, deslocando-o para o terreno incerto das lendas e superstições.

Uma semana depois, Carlos Reverbel sai em defesa do parecer redigido por Othelo Rosa e reforça o caráter de guardião da verdade histórica, tarefa a ser desempenhada pelo Instituto: “Para que se apreenda, de uma vez por todas, o sentido da chamada Guerra das Missões ou Guerra da Demarcação, de que Sepé Tiaraju é tido como uma das figuras centrais”.

A partir do artigo de Carlos Reverbel e seu tom professoral, é possível entender por que a discussão transcendeu os limites temáticos da figura de Sepé para se tornar um debate muitíssimo mais amplo, em que não ficaram de fora as Missões, os jesuítas, a formação do Rio Grande, o rebanho bovino etc.

Seguindo a cronologia dos fatos, no dia 8 de dezembro, no *Estado do Rio Grande do Sul*, era publicado um texto de Walter Spalding, sob o pseudônimo de Blau Severo, intitulado “Cartas ao Negrinho do Pastoreio”. Nessa carta, Negrinho do Pastoreio é evocado para defender a figura de Sepé: “Precisamos, Negrinho amigo, defender, custe o que custar, contra os donos pretensos de nossa História, as nossas glórias e as nossas tradições. Por isso, convido-te a percorrer este sagrado Rio Grande do Sul e pregar, por todos os recantos, os nobres e sãos ensinamentos de nossa História maravilhosa. E pede à tua Santa Madrinha, meu caro Judiado, que nos fortaleça e ampare nos nossos direitos, cobrindo-nos com sua santa bênção”.

Ainda no calor da hora, o jornalista Astrogildo Fernandes, do *Jornal do Dia*, consegue o pronunciamento do padre Luís Gonzaga

Jaeger, S.J., historiador, membro do IHGRS, voto vencido na Comissão de História. O artigo “Em defesa do intrépido gaúcho, o capitão José Tiaraju, o lendário S. Sepé” também é publicado no dia 8 de dezembro de 1955. À argumentação de que Sepé lutou contra os portugueses, o padre chama a atenção para o fato de que “Não defendeu a terra das Missões nem para a Espanha, nem para Portugal, nem para a Companhia de Jesus. Defendeu-a para os seus índios de sua raça, com clara manifestação de sentimento telúrico”.

O fato de Sepé ser morto por Viana, governador de Montevideu, é evidência clara para Jaeger de que o líder guarani lutava, também, contra os espanhóis. Contra-argumentando ao fato de as Missões estarem em franca oposição ao desenvolvimento lusitano, o historiador transpõe a situação para outros mártires nacionais: “Tiaraju não merece a nossa homenagem porque lutou contra os interesses de Portugal, segundo a Comissão. Pergunto por que interesses se insurgiu Tiradentes e seus denodados conspiradores apenas 35 anos mais tarde?”

O contra-ataque da Comissão apareceu na pena de Moysés Vellinho, em artigo intitulado “Defesa do Parecer da Comissão de História”, onde conclui que: “por mais piedosos que tenham sido, em si mesmos, os intuitos do sonho jesuítico em terras do Rio Grande do Sul, não resta a menor dúvida que eles aqui operaram como elemento de desintegração nacional, não podendo figurar, portanto, entre os fatores de afirmação da nossa história”.

Mansueto Bernardi lidera, meses depois, uma campanha em favor do monumento, levando um grupo de intelectuais a escrever e encaminhar ao governador do Estado um contra-parecer – intitulado “Pá de cal sobre o assunto Sepé”. Esse documento foi publicado no *Correio do Povo*, em 27 de setembro de 1956, e no *Jornal do Dia*, em 28 de setembro, sendo assinado, entre outros, por Pe. Luís Gonzaga Jaeger S.J., Manoelito de Ornellas, Dante de Laytano, e nele se reafirmam os valores de Sepé como uma perso-

nalidade ameríndia autêntica: “Considerando que Sepé Tiaraju é muito mais gaúcho e, por conseguinte, muito mais brasileiro – não no sentido político e moderno do vocábulo, mas no sentido etnogênico e racial – do que os mais velhos rio-grandenses, pois estes descendem de lusitanos aqui aportados, no máximo, há 230 anos, a passo que ele provinha de uma ‘nação’ aqui radicada ‘desde o tempo do dilúvio’, conforme expressaram os caciques guaranis, no seu protesto coletivo contra a transmigração compulsória determinada pelo Tratado de Madri de 1750”.

Em dezembro de 1956, Othelo Rosa, relator do famoso Parecer contra Sepé, faleceu e os seus amigos reabriram a defesa não só das idéias, mas do próprio indivíduo em si.

Augusto Meyer escreve “Salve-se o lunar de Sepé”, artigo em que critica severamente a obra História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos, de Carlos Teschauer, julgando-a, entre outras coisas, anacrônica. Segundo ele, “Aquele frouxo e talvez deliberado critério histórico do padre Teschauer – considerar a história das Missões indispensável prefácio à história do Rio Grande – ainda não foi desmanchado de todo na convicção interessada ou sincera de muitos, e continuamos a cultivar o mesmo preconceito, repetindo as mesmas contradições e confusões que tanto provocavam a veia sarcástica do saudoso mestre Rodolfo Garcia”.

Por outro lado, ao final do artigo, pede que se deixe a figura de Sepé para o campo lendário e, daí, literário também: “Não se amesquinhe a figura lendária de Sepé Tiaraju apeando-o das alturas do sonho, em que tudo é vago e incontaminado, para sujeitá-lo às duras contingências da realidade implacável. Perderá o que lhe resta – perderá o seu lunar”.

Em artigo escrito posteriormente, Meyer reforça a idéia da insignificância cultural e histórica dos Sete Povos: “Teschauer adotou, para conceito historiográfico, a catequese, o que importa em tapar os olhos a uma trágica realidade: o legado fantasmal que recebemos dos Sete

Povos foram só destroços e ruínas, restos miseráveis de índios abandonados, vagos traços lendários e ruínas, tristes escombros pitorescos. A Casa de Mbororé, a que me referia em outro artigo, será o símbolo vivo dessa agonia, uma espécie de assombração”.

Para esse grupo contra Sepé, a idéia de inserção do Rio Grande do Sul na unidade nacional, para esse grupo, está associada à história da lusitanidade no Brasil; e os heróis lusitanos, naturalmente, são os heróis nacionais. Nessa linha de raciocínio, obviamente, Sepé é o oponente e Gomes Freire de Andrade, o herói que proporciona, ao cumprir o Tratado de 1750, a inclusão efetiva do Rio Grande na esfera nacional. Essa, de certa forma, é a opinião corrente: “Sepé não era rio-grandense, porque não queria sê-lo e porque não era do Rio Grande de São Pedro, mas das Missões. Não é um herói nacional brasileiro, e quem não é brasileiro logicamente não é rio-grandense. (...) Aqueles que desconhecem o fundo ideológico dessa absurda proposta [de fazer um monumento a Sepé] ficam perplexos ao lê-la. Se um historiador propusesse a ereção de uma estátua a Gomes Freire de Andrada, para quem o Rio Grande foi a menina dos olhos, vá lá. O rio-grandense é mau inimigo, mas é sempre bom amigo e jamais esquece o bem que alguém lhe fez. Mas ... Sepé?”.

Recuperar essas polêmicas antigas é, de certa forma, contribuir para que não se repitam os mesmos encastelamentos acadêmicos, preocupados com a “verdade” histórica, sem levar em conta a lenda e a tradição popular. Quem sabe agora nas comemorações dos 250 anos da morte de Tiaraju, em sete de fevereiro do ano que vem, seja possível não só o monumento negado a Sepé naquela ocasião, mas também a revisão histórica adequada de temas importantes, entre os quais a contribuição do índio para a história do Rio Grande do Sul.

Espero também que, daqui a cinqüenta anos, outros pesquisadores não encontrem, na imprensa de hoje, tantas idéias controversas e preconceituosas como as que encontrei nos jornais de cinqüenta anos atrás!

3 - SÃO SEPÉ TIARAJU: UTOPIA E PROFECIA

IR. ANTONIO CECHIN*

Quando olhamos para os fatos históricos, não podemos deixar de reconhecer que o fazemos sempre do lugar social em que estamos inseridos. O meu lugar social são os pobres do Rio Grande com os seus Movimentos Populares. E é deste lugar que olho para os primórdios destas terras em que nasci e para o seu povo de raiz que são os índios, particularmente os guaranis, organizados e evangelizados pelas Missões dos Jesuítas. Padres e índios fizeram o contraponto espiritual, humanista e cívico às conquistas da terra pelos impérios militares de Espanha e Portugal.

Faço a seguir uma rápida síntese desse meu olhar sobre a figura de Sepé como herói e como santo canonizado pelo povo. O escritor Manoelito de Ornelas, na introdução ao seu livro “Tiaraju”, refere que todos os povos da terra deram asas à imaginação para criar um símbolo que lhes proporcionasse sentido e permanência na geografia do mundo e nos milênios da história.

* Irmão Antonio Cechin é professor e assessor dos movimentos de catadores do Rio Grande do Sul.

Exemplifica Manoelito com os gregos que, por meio de Homero, nos livros *Iliada* e *Odiséia*, criaram o mito da epopéia de Ulisses, o herói de Tróia. Depois os romanos, que criaram o mito de Rômulo. Em criança, foi amamentado por uma loba e, como primeiro rei de Roma, organizou o rapto das sabinas a fim de que dessem descendência a toda a população do Lácio. Invoca depois o mesmo escritor, na França, o rei Carlos Martel; na Espanha, o Cid Campeador, passando também em revista os principais povos do Oriente com seus respectivos mitos.

Com base nos mitos e epopéias históricas fundantes, Manoelito de Ornelas divide os povos do universo entre aqueles que criaram um mito inicial, como instrumento para dar origem à sua história, e um segundo grupo de povos, que tiveram um feito histórico em sua origem, tão saliente, que transformaram essa história em mito. Pertenceríamos nós, o povo do Rio Grande, a este segundo grupo. Tivemos aqui os índios guaranis com suas Missões Jesuíticas, em cujo ventre foi gerado o personagem Sepé Tiaraju, que é um fato histórico incontestado e de suma grandeza.

Aqui por estas terras, o fato histórico fundante, foi transformado em mito, enquanto aqueles povos mais antigos transformaram o mito em história. Dentro dessa premissa, não deveria eu rejeitar o argumento, que encontrei pelo caminho, quando historiadores tentaram me convencer da inutilidade de querer a canonização oficial do mártir Sepé Tiaraju, já popularmente declarada? Assim me falaram: “Você está querendo canonizar um mito! Você quer canonizar apenas uma bandeira!” O personagem Sepé, me afirmaram esses historiadores, é infinitamente menor do que o mito Sepé.

Quando no Rio Grande do Sul, na esteira da Igreja oficial que, em Medellín (Colômbia), no ano de 1968, oficializou sua opção preferencial pelos pobres, começamos a ler a nossa história pelo avesso, isto é, a partir dos vencidos – sempre os pobres – como os

índios de hoje e todos os maltrapilhos à beira de estradas e nas periferias das grandes cidades.

Nas Missões Jesuíticas dos primórdios do Rio Grande, com os Sete Povos e na figura central, polarizadora de todo esse trabalho missioneiro que foi Sepé Tiaraju, canonizado por índios e pelo povo riograndense, vimos nessa epopéia histórica a profecia e a utopia capazes de guiar o destino histórico de nossa terra e de nossas gentes.

Nossas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), inspiradoras de nossa Teologia da Libertação, ao lado de não poucos Movimentos Populares, beberam, nos inícios da década de 1970, da pipa de vinho místico produzido nos parreirais espirituais cultivados pelos índios missioneiros personificados na figura carismática de Sepé e seus 1.500 companheiros mártires do Caiboaté.

Fomos a São Gabriel, no dia 7 de fevereiro de 1978, nos lugares sagrados em que o sangue foi derramado, para a abertura do Ano de Todos os Mártires Indígenas da América Latina. Nesse dia, realizamos a primeira Romaria da Terra do Brasil. Fomos de novo em São Gabriel nos dois anos seguintes, 1979 e 1980, para a segunda e terceira Romarias da Terra e também para o primeiro e o segundo Encontros Intereclesiais de Comunidades de Base, que tivemos o cuidado de marcar, nos dois anos, nos dias 6, 7 e 8 de setembro, em torno do dia comemorativo da independência do Brasil. Fomos sempre para nos impregnar do sangue de Sepé e dos companheiros mártires missioneiros, a fim de adquirir forças para as lutas com que sonhávamos.

Descobrimos, desde os lugares sagrados de nossos mártires, que o verdadeiro grito de liberdade foi o de Sepé: “Esta terra tem dono!”. Esse “brado retumbante” foi sufocado, à semelhança do grito do Nazareno na cruz, por um mar de sangue. Sepé lutava ao mesmo tempo contra Espanha e Portugal, as duas potências militares opressoras dos guaranis dos Sete Povos, que, na ocasião, representavam todos os povos nativos do continente americano. Sepé sabia, ao partir

da cidade de São Miguel, da qual era prefeito, que partiria para o holocausto. “Ou ficar a pátria dos Sete Povos livre, ou morrer pela nação guarani”.

Em nossa reflexão, aquilo que aconteceu no dia 7 de setembro de 1822, “nas margens plácidas do Ipiranga”, em São Paulo, reduziu-se a um simples gritinho que provocou a repartição da herança no império português. Portugal continuaria como terra do rei-pai e o Brasil, como terra do império do rei-filho.

Foi bebendo dessa fonte de águas puras das Missões Jesuíticas, polarizadas em torno da figura do mártir Sepé, que as CEBs de Ronda Alta, emblematicamente, no dia 7 de setembro de 1979, comemorativo da Independência do Brasil, deixaram o recinto do Colégio Marista de São Gabriel, onde acontecia o 1º Encontro Estadual, para abraçar os companheiros que acabavam de ocupar a fazenda Macáli. As CEBs de Ronda Alta haviam parido o MST com essa primeira conquista de terra. Seguiu-se, pouco tempo depois, a ocupação da Fazenda Brillhante. Na Encruzilhada Natalino, as mesmas CEBs derrotaram simbolicamente as forças militares da ditadura, comandadas pelo coronel Curió. Estava aberto o caminho do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) rumo à grande Reforma Agrária no latifúndio Brasil.

O MST ficou debaixo das asas protetoras das Comunidades de Base até o ano de 1984 quando, em encontro memorável, se tornou um movimento autônomo.

Os membros do MST se designaram a si mesmos, no Rio Grande do Sul, como os Filhos de Sepé, nome com que batizaram o seu maior assentamento, localizado no município de Viamão.

As Missões Jesuíticas e São Sepé são ao mesmo tempo nossa utopia e nossa profecia.

Utopia porque a Igreja da Libertação do Rio Grande retomou, através das CEBs, o projeto político-religioso exemplarmente solidário com o oitavo povo das Missões, como escreve Alcy Cheuiche.

A utopia inventada pelos missioneiros na aurora de nosso Rio Grande continua viva e está sempre presente no horizonte de nossa caminhada. O princípio fundamental dessa utopia concreta é: “De cada um de acordo com suas possibilidades, para cada um de acordo com suas necessidades”.

É também profecia porque denunciemos e anunciemos ao mesmo tempo.

Como os guaranis das Missões, denunciemos todos os sistemas opressores e excludentes do mundo. Anunciemos que não somente um mundo diferente é possível, mas que esse mundo novo já foi concretizado aqui em nosso Rio Grande, durante 150 anos de Sete Povos.

Então aqui a minha pergunta: por que essa maravilha histórica fundante do Rio Grande do Sul, nosso autêntico fogo de chão, continua debaixo das cinzas até hoje? Quais as causas desse equívoco histórico?

O que devemos fazer para que esse fogo de chão missioneiro saia do chão em que ainda está, submerso pelas cinzas do tempo, conquiste as alturas e torne a brilhar como o Cruzeiro do Sul, cantado como o lunar de Sepé nos céus do Rio Grande e que causou a estupefação da Europa, 250 anos atrás?

4 - SEPÉ TIARAJU E A IDENTIDADE GAÚCHA

FREI LUIZ CARLOS SUSIN*

Já entre os gregos a narrativa – e a memória nela transmitida – tinha importância decisiva na formação da identidade humana. Assim, contava-se que em Tebas uma esfinge desafiava a cidade: “Decifra-me ou devoro-te!”. E exigia sacrifícios periódicos de preciosas vidas humanas. O enigma consistia em saber quem seria o animal que anda com quatro pernas pela manhã, com duas ao meio-dia e com três à tarde. Ora, “é o ser humano”, decifrou Édipo, livrando a cidade da sua assombração ao considerar o arco da aventura humana, decifragem de vida ou morte. Pois o Rio Grande do Sul tem duas esfinges: Sepé Tiaraju e o Negrinho do Pastoreio.

A identidade gaúcha está marcada pela violência da fronteira, desde antes da demarcação final, dos inícios do século 19, que não deixou de ser uma demarcação belicosa. É, em consequência, uma identidade “fronteiriça”, de “frontes” e “confrontos”, ambigualmente

* Frei Luiz Carlos Susin é professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) e da Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana (ESTEF) e diretor da Sociedade dos Teólogos do Terceiro Mundo.

belicosa e hospitaleira ao mesmo tempo. Molda-se à luz de uma relação perigosa de incursões, de conquista e defesa, de vigilância dificultada pela vastidão pampeana, quase uma “terra de fundo”, corredor para bandeirantes e castelhanos. Mesmo depois de sua definição, o Rio Grande do Sul permanece com uma tendência obsessiva, repetitiva, para um dualismo resolvido na “degola”. Ximangos e maragatos são figuras desse dualismo repetitivo, que vem de antes ainda da guerra farroupilha e se repete mimeticamente até nossos dias em formas mais sofisticadas de degola “da outra metade”. Nas batalhas políticas, por exemplo, em que estamos sempre belicosamente divididos e querendo o pescoço do adversário. O que seria do gaúcho sem um inimigo, sem uma peleia, sem um confronto?

Uma real pacificação do Rio Grande do Sul precisa começar com a reabertura de um doloroso dossiê de suas origens, um dossiê escondido do ponto de vista político, acadêmico e religioso. A imposição também belicosa do positivismo, um facho de iluminismo na capital, mas com degola no campo afora, permitiu à nossa política de fronteira ser tanto o vanguardismo quanto o berço da ditadura a ferro e fogo (Décio Freitas). O positivismo acadêmico varreu da história e da formação da identidade gaúcha tudo o que se conta na memória popular cabocla e negra, remanescente do extravio indígena e da escravidão africana em nossas terras. Lendas, mitos, “causos”, essas formas de resistência da memória dos dominados e envergonhados pela cultura oficial, foram desclassificadas como incapazes de servirem de documentação ou ao menos como indícios de verdades históricas. O catolicismo romanizado, por sua vez, ergueu a catedral de Porto Alegre sobre cabeças de figuras indígenas esmagadas – outra forma da degola – como vitória sobre a superstição.

A alma e a mística dos povos nativos e dos povos afro-descendentes se refugiaram e se sintomatizaram no “causo”, na pageação, na literatura. A identidade gaúcha foi sendo breteada para a estân-

cia, ganhando nos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) uma forma de estetização ritual e controle da violência do dualismo perigoso que insiste em perseguir e criar curtos-circuitos no campo e na cidade. A ambigüidade dos CTGs, criados num esforço de terapia da identidade, que reproduz esteticamente, ritualmente e, ao mesmo tempo, controla a violência gaúcha, parece não dar mais conta das novas disseminações de violência e de vontade de degola como solução radical. Estamos cada vez mais “pisando no pala” e cada vez mais “o revólver fala” (Teixeirinha).

É necessário um remédio homeopático, buscando nas fontes do veneno o próprio remédio. Não é, propriamente, nas lendas e nos causos, nas figuras míticas e nos gemidos que ainda se escutariam nas regiões das charqueadas ou das Missões que estão as assombrações a nos gelar a espinha. Estão nos rostos indiáticos, mestiços e caboclos, que jazem vivos como esfinges nas periferias, nas vilas e nos ônibus da área metropolitana, arranchados por todo canto nas periferias das grandes e das pequenas cidades, identidades desgarradas. Esses rostos e esses corpos não são visíveis para a aristocracia acadêmica e política, a cavalo com vidro fumê, que não circula pelas periferias ou de ônibus de vila.

Se culturalmente e socialmente, em nosso meio, “quem passa de branco, negro é”, então o mesmo se pode dizer dos descendentes indígenas mestiçados e acabocladados: há multidões ao nosso redor. Desmemoriadas por um lado, mas continuando a contar suas narrativas por outro, sem mesmo saber bem por quê. Os vazios de suas memórias e a baixa auto-estima de seus rostos e sotaques são ingredientes perigosos para a violência indomada do gaúcho, mas suas narrativas e sabedoria, como bem percebeu Simões Lopes, são a resistência de uma anterioridade a todo dualismo fronteiro, a possibilidade de uma hospitalidade que tem o segredo da remissão e da reconciliação – as vítimas sobreviventes que têm o poder de resgatar os vencedores manchados de sangue. Contanto que tenham

chance de resgatar sua auto-estima no reconhecimento de sua dignidade. O reconhecimento e a reconciliação real e completa com os vivos comporta, no entanto, que não se deixe de fora os que foram mortos. É o caso de Sepé Tiaraju.

Se o corregedor da cidade missioneira de São Miguel fosse apenas o mito trágico e brilhante em que se tornou, se fosse apenas uma lenda com sucesso, como o Negrinho do Pastoreio, se São Sepé estivesse mais para São Jorge do que para Santo Antônio, ainda assim, e exatamente assim – como mito fundante e significativo – teria uma importância histórica e hagiográfica decisiva na formação da identidade gaúcha. Certamente ainda incômoda como um São Luiz IX e uma Santa Joana D’Arc para a identidade da França moderna. Sepé está para a história do Rio Grande do Sul como a figura histórica de Jesus para a literatura do Novo Testamento e para a história do cristianismo. O próprio Negrinho do Pastoreio: há nele o custo das vidas inocentes de muitos negrinhos de carne e osso pelo Rio Grande do Sul saladeiro. Montado no cavalo escatológico do Negrinho do Pastoreio ou no cavalo encilhado de Sepé Tiaraju estão os descendentes todos de africanos triturados pelas charqueadas e de nativos derubados pelas coroas ibéricas. Na vida real continuam gaúchos peões e usuários de coletivos, de periferia e beira de estrada, que se reúnem em “gauchada” ou “indiada”, em torno de algum “índio velho”, ou, ainda melhor, “qüera velho”: são todos indícios de uma identidade mais antiga, mais ancestral e mais enraizada do que a identidade gaúcha forjada mais ou menos oficialmente no entrevero dos confrontos de interesses resolvidos na degola e na necessidade de domar pela estética e pelo ritual a violência e as suas assombrações.

O Negrinho do Pastoreio, narrativa recolhida e consagrada por Simões Lopes, é a história cifrada dos que não tem os meios oficiais de documentar a sua história, situada no RS anterior às charqueadas, às estâncias e às cercas, no tempo do gado solto, chimarrão, jesuítico. Faz, portanto, como o juiz da carreira em cancha reta da história,

um índio velho, um enlace com a história das Missões pelo caminho da narrativa popular. O gado missioneiro, abundante e disperso pelo trágico fim das cidades guaranis, tornou-se, com o agronegócio, o fio dourado da economia gaúcha passando pelas charqueadas com trabalho escravo e pela indústria coureiro-calçadista. Com a entrada de novas migrações européias, o Rio Grande do Sul se divide também economicamente em duas metades. As migrações foram introduzidas dentro de projetos de ocupação e desenvolvimento do espaço sem nenhuma consideração, ou até contra a população nativa derrotada, espantada e dispersa, tornada “índio do mato”, “bugre”, que se evita como a árvore braba, aquela que agride pela sua inoculação de substância alérgica.

Antes do dualismo trágico de fronteira a marcar a identidade gaúcha está Sepé, o índio nascido e criado em cidade missioneira, no espaço de um encontro civilizatório que, por todos os testemunhos deixados, e apesar das lendas negras que logicamente se criaram ao seu redor, foi um encontro muito criativo dentro do contexto e das suas possibilidades. Nas cartas que os chefes guaranis escreveram ao governador de Buenos Aires em resposta ao mandato do rei de Espanha de se retirarem todos os sete povos para a banda ocidental do Uruguai, eles deixam claro que não foram conquistados e submetidos à força. Eles mesmos chamaram os padres e aceitaram livremente a vassalagem, porém dentro de certos termos, pois não podiam aceitar, com o Tratado de Madri, sua própria destruição. Essas cartas, como outros documentos indiretos, revelam uma grandeza de alma, uma dignidade e uma nobreza incomparavelmente acima dos dois lados que os espremiavam, espanhóis e portugueses. Mesmo em termos de linguagem e argumentos cristãos, além de humanitários e políticos.

Os índios missioneiros, no entanto, estavam entre o rochedo e o mar. A lógica dos impérios ibéricos, lógica expansionista e mercantilista, não poderia suportar outra forma de existência com

sucesso. Como interpretou Rodolfo Kusch, filósofo argentino, trata-se aqui, mais a fundo, do trágico conflito entre a hegemonia do ser sobre o estar: o ser se realiza no desdobramento por meio do tempo e do espaço, identidade conquistando as diferenças para reunir tudo em si e aumentar o seu poder de ser, e assim sucessivamente. Por isso, “a verdade do ser é a guerra” (Heráclito). Ora, os nativos viviam – e continuam a resistir popularmente – na lógica do “estar”, habitando ecologicamente uma terra em que, mais do que serem eles os proprietários da terra, era ela a proprietária deles, a “mãe terra”. Por isso, nos arrazoados de Santa Tecla diante dos demarcadores, como nas cartas dirigidas ao governador de Buenos Aires, está o discurso guarani sobre a terra que só a Deus, o Criador, pertence, dada a S. Miguel no presente missioneiro para que os nativos nela habitassem. A memória se resumiu, como sabemos, no incômodo grito profético: “Esta terra tem dono”. Na lógica indígena – é importante sublinhar – não são eles os donos da terra, mas Aquele que as deu para habitarem, para criarem seus filhos, enterrarem seus mortos, plantarem seus ervais e criarem seus animais. Precisam da terra não para explorar, mas para habitar com simplicidade, e por isso precisam mais terra do que os que a transformam em matéria produtiva e negócio. Na verdade, são os guardiões naturais da ecologia, ainda não totalmente contaminados pelo ser agressivo do Ocidente.

Perdida dramaticamente, a ferro e fogo, a civilização nascida do encontro da espiritualidade barroca dos jesuítas com a mística e a sensibilidade guarani, com a dispersão em diversas direções e destinos, os índios aprenderam a sobreviver por meio da adaptação silenciosa, enquanto os caingangues preferiram recuar soberanamente para as matas, e os outros “infiéis” às coroas e sua religião (charruas, minuanos, mojanos etc) foram sendo dizimados de diversas maneiras.

Hoje, além dos povos testemunhas, que, mesmo à beira de estrada, buscam viver em comunidades próprias, conservando a língua e a mística em torno de seus “caraís”, há uma multidão de autênticos

descendentes de Sepé Tiaraju nos rostos mestiços, de olhos amendoados, cabeças cobertas por cabelos lisos e pretos, com o enigmático sorriso de um olhar meio envergonhado, de poucas palavras fora de seu círculo, verdadeiras multidões periféricas das cidades gaúchas que são a esfinge – uma delas, a outra tem cor negra – a desafiar a identidade gaúcha e seus problemas de origem e de violência sistêmica.

Evidentemente, a memória de Sepé não poderá ser apenas celebração que se torne álibi para descarrego de consciência. A primeira justiça é o reconhecimento e a efetivação da necessidade de terra e de um mínimo de meios de vida para os povos guaranis e caingangues. A sobrevivência deles, digna e feliz, é absolutamente necessária para o futuro da identidade gaúcha tão plural. Mas para eles e para toda a multidão de descendentes de ameríndios gaúchos, é urgente também devolver a dignidade da auto-estima, da visão positiva que dê disposição de perdão e de reconciliação com as demais descendências vindas e crescidas no espaço gaúcho. Inclusive trazendo seus ancestrais, seus mortos, na comunhão mística de sua religiosidade, para que desapareça de nossas calçadas as suas assombrações e a sua potencial violência, obrigando a nos aprisionarmos em nossas casas com nossos juízos violentos, e para que fiquem seus mortos sobre nossas noites como a luz brilhante e pura de Sepé, do qual possamos todos nos orgulhar e possamos todos venerar. Ele pode se tornar como um “pai Abraão” para todas as raças que habitam nesse espaço gaúcho. Até lá, continuarão os sacrifícios, as degolas, o medo até das sombras que nos assaltam, e nenhuma descendência ou ascendência terá habitação pacificada numa justa pátria gaúcha para todos.

É por isso que, assim como o Movimento Negro lançou o desafio à auto-estima dos afro-descendentes com o slogan “Negro é bonito!”, com base na documentação e nos gestos herdados pelos descendentes índios, no ano de Sepé Tiaraju pode-se proclamar com justiça: “Índio é nobre!”.

5 - ENTREVISTAS*

5.1. “Sepé representa a luta pela nossa dignidade”

Entrevista com Maurício da Silva Gonçalves

O anseio é do guarani Maurício da Silva Gonçalves, coordenador do Conselho Estadual dos Povos Indígenas e da Comissão de Terra Guarani. Morador da aldeia de Itapuã, em Porto Alegre, Maurício disse em entrevista por telefone à *IHU On-Line* que os povos indígenas são cidadãos brasileiros como todos os outros. Frisou, ainda, que a luta dos guaranis pela terra continua, mas com caráter diferente: “Estamos lutando pela recuperação, de fato. Nossa resistência hoje, como povo, como cultura, continua havendo, mas lutar pela terra é uma questão de recuperação”.

IHU On-Line – O que Sepé representa para a comunidade indígena guarani hoje?

* Entrevistas realizadas pela revista *IHU On Line*, do Instituto Humanitas, da Unisinos. http://www.unisinos.br/ihu_online/

Maurício da Silva Gonçalves – A luta de Sepé representa muito para a luta dos povos indígenas guaranis hoje. Primeiro, porque ele foi um grande líder, que lutou pelo seu povo para não entregá-la, na época, aos espanhóis e portugueses, e lutou para preservar a cultura e o território onde os guaranis viviam. Sepé fez essa luta há muitos anos, mas temos isso muito presente hoje. A luta dos guaranis continua. Nós lutamos pelo nosso espaço, pelo nosso território. Essa luta representa muito hoje, pela recuperação do território guarani. Para se ter uma idéia, os guaranis lutam para sobreviver em beiras de estrada. É só correr pelas BRs e estradas do Rio Grande do Sul todo para ver os acampamentos guaranis. Então, como é que os guaranis vêem isso hoje? É por isso que a luta de Sepé continua nas lideranças guaranis atuais, com caciques que lutam pelo seu território e, principalmente, pela dignidade do povo guarani. Eu, por exemplo, sou uma liderança que se formou lutando. Não fui à escola, não sou formado, mas a escola que me ensinou foi viver esses problemas todos que atravessam nossa vida. Lutar pelos nossos direitos é uma escola. A luta de Sepé representa a resistência e a busca pela dignidade de nosso povo. O que nós queremos é que a sociedade brasileira e o governo reconheçam, de fato, o direito do povo indígena.

IHU On-Line – Como percebe o problema da distribuição de terras no Brasil? Essa questão mudou muito da época de Sepé em relação à hoje?

Maurício da Silva Gonçalves – Acredito que o problema das terras mudou um pouco. Antes, nós tínhamos nosso território. Sepé lutava para não entregar as terras, para que o povo branco não tomasse as terras. Na época, nós tínhamos o nosso espaço, as nossas grandes aldeias, como são conhecidos os Sete Povos das Missões. Isso representa as grandes concentrações dos guaranis. Hoje, lutamos para recuperar as nossas terras. Então isso muda bastante. Agora não

temos terras, estamos fora delas. Nossa resistência hoje, como povo, como cultura, continua havendo, mas a luta é pela recuperação da terra. Sepé queria impedir que os espanhóis tomassem nosso chão. Naquele tempo nós tínhamos mais espaço.

IHU On-Line – Como acontece o processo de lideranças entre os índios brasileiros atualmente?

Maurício da Silva Gonçalves – Entre os guaranis, cada aldeia tem seus caciques, seus representantes. Nós estamos organizados em termos de articulação, para discutir juntos os nossos problemas, sobretudo o problema da terra, que é o principal, já que é uma questão geral. Quanto a isso, temos uma articulação grande com os caciques e com algumas entidades que, de fato, querem ajudar os indígenas. Em encontros, discutimos os assuntos de nosso interesse. Não é uma organização formal, mas uma vez por mês ou a cada dois meses, nós nos reunimos com os caciques para conversar. Debates também educação, saúde, agricultura e auto-sustentação. Não há um representante geral, e sim local. Os caciques levam as reivindicações do seu povo para esses encontros, a fim de que possamos, em conjunto, encaminhar os assuntos ao Ministério Público, ao governo, à Funai.

IHU On-Line – Como interpreta a campanha de canonização de Sepé? Converter sua figura em santo reparará a injustiça de sua morte?

Maurício da Silva Gonçalves – Para a minha comunidade, em Itapuã, temos a definição de que o Sepé, sendo canonizado ou não, representa um símbolo. Para nós, ele já é um santo. Então, não faz diferença se ele será homenageado como um santo. Isso não mudará nada entre nós. Claro que, em termos de reconhecimento para o povo branco, isso é interessante, porque seria mais respeitado e seria mais reconhecido como um lutador e um articulador, que foi,

pela resistência do povo guarani. Quanto a isso, sim, concordo com a canonização, que os brancos reconheçam que ele lutou pelo povo, mas, para nós, guaranis, isso não muda muito. O importante é que a luta dele seja levada como resistência mesmo hoje. Estamos dando continuidade ao trabalho dele.

IHU On-Line – Qual é a principal lição que Sepé deixou aos seus descendentes?

Maurício da Silva Gonçalves – Entendo que Sepé Tiaraju ensinou muitas coisas, mas a maior delas é de sempre lutar pelos nossos direitos, resistir à não-integração da nossa cultura a outras culturas. Ele sempre defendeu a nossa língua, a nossa cultura, para que nunca fossem destruídas. Temos que continuar sendo o povo guarani, não podemos perder nosso jeito de ser, nossa cultura. Esse é um dos maiores ensinamentos que ele nos deixou: de nunca “entregar os pontos” para os brancos, nunca entregar nossa cultura e deixar de ser guarani. Temos que nos orgulhar de ser um povo indígena.

IHU On-Line – De que forma a comunidade guarani celebra a memória de Sepé?

Maurício da Silva Gonçalves – Esse momento é, para nós, muito importante em nossos dias. Não dá, para nós, guaranis, dizermos às autoridades, ao governo: “queremos todas nossas terras de volta”. Isso é impossível, não dá para se discutir mais. O que se quer, com objetividade, é que o governo reconheça nosso direito e devolva algumas terras que entendemos ser de tradicional ocupação, adequadas para o povo guarani, para ele sobreviver, para viver sua cultura onde haja espaço. É isso que queremos e pedimos às autoridades: que reconheçam pelo menos isso, o nosso direito à terra para viver dignamente. As terras os guaranis entendem que são nossas, terras que correspondem à nossa cultura. Não queremos todas as terras de volta, e, sim, alguns lugares que possam ser adequados para o povo guarani.

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar mais algum aspecto?

Maurício da Silva Gonçalves – Para nós, é importante lembrar ao povo não-índio que a gente vem lutando há mais de 500 anos. Resistimos e temos nossa cultura bastante preservada ainda. Isso para nós é importante, é o nosso documento, a nossa resistência. Fica o alerta ao povo não-índio para que respeite os índios como um povo diferenciado, mas não discriminando os indígenas. É essa palavra que deixamos: que o governo e a sociedade reconheçam o povo indígena, que ele tem direito à terra, à saúde, à agricultura. Tudo isso é um direito do cidadão brasileiro, como de nós, índios.

5.2. Um símbolo da resistência guarani

Entrevista com Alcy Cheuiche

Para Alcy Cheuiche, Sepé é um símbolo histórico do índio missioneiro do século 18. Cristão praticante, sem perder os valores fundamentais de sua raça. Cheuiche afirma ainda que o 7 de fevereiro, dia da morte do líder guarani, deveria ser oficializado em todo o Brasil como “Dia da Consciência Indígena”.

Cheuiche é graduado pela Faculdade de Agronomia e Veterinária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mestre em Comunicação Científica pela Universidade de Paris. É professor visitante da Universidade da Região da Campanha (URCAMP), onde ministra oficinas de criação literária.

Foi no romance histórico que Alcy Cheuiche encontrou seu verdadeiro caminho na literatura brasileira. *Sepé Tiaraju, Romance dos Sete Povos das Missões*, 3ª edição, Porto Alegre, Sulina, 1984, foi traduzido para o espanhol e para o alemão e também editado em quadrinhos no Brasil. A primeira edição em espanhol esgotou-se em cinco meses. Escreveu também *Ana Sem Terra*, 6ª edição, Porto Alegre, Sulina, 1998; *Lord Baccarat*. 2ª edição, Porto Alegre, AGE, 1992;

A Mulher do Espelho, Porto Alegre, Sulina; *Dezoito do forte de Copacabana e Nos céus de Paris: o romance da vida de Santos Dumont*, São Paulo, L&PM, 2001.

Ganhou diversos prêmios literários, como Ilha de Laytano, Prêmio Açorianos, troféu da RBS e troféu Laçador, além da Medalha Mérito Santos Dumont, uma das maiores honrarias da Força Aérea Brasileira. Entre outras entidades culturais a que pertence, é membro vitalício e secretário-geral da Academia Rio-Grandense de Letras e sócio fundador da Associação Gaúcha de Escritores. A entrevista a seguir foi concedida por correio eletrônico.

IHU On-Line – Para muitos, Sepé Tiaraju é símbolo de resistência e do instinto de liberdade de um povo; outros discordam. Como caracterizaria sua figura?

Alcy Cheuiche – Exatamente como símbolo da resistência guarani à invasão dos portugueses e espanhóis, entre 1753 e 1756. Desde a Batalha de Mbororé, em 1641, quando os bandeirantes foram derrotados em território missioneiro (próximo a Ijuí), a região controlada pelos Sete Povos não sofrera mais nenhuma invasão. Durante esse período de mais de um século, as sete cidades cresceram em um sistema econômico cooperativo cristão, que é exemplo para o mundo. O próprio Voltaire, que detestava os padres, considerou a “República Guarani” como um “triunfo da humanidade”. Com a morte de Sepé Tiaraju em Batovi (hoje cidade de São Gabriel), no dia 7 de fevereiro de 1756, encerrou-se a resistência baseada na guerrilha: estratégia de avanços e recuos, queima de campos para espantar o gado, deixando os três mil e quinhentos soldados do exército invasor sem carne, evitando sempre combater, em campo aberto, o inimigo que possuía até canhões. Morto Sepé, Nicolau Nhenguiru, o chefe maior dos guaranis missioneiros, decidiu enfrentar os espanhóis e portugueses, o que aconteceu em Caiboaté (próxi-

mo a São Gabriel), no dia de 10 de fevereiro. Ali foram dizimados cerca de 1.500 índios, encerrando-se a resistência à invasão. Ali também começou a lenda que levou o povo a canonizar Sepé Tiaraju por sua própria conta (temos até uma cidade com o nome de São Sepé). Os índios sobreviventes juravam o que viram na batalha, com seu lunar brilhando na testa como uma lua de fogo. Mas a figura histórica de Sepé, sua ousadia em defender o povo guarani e seu território, foi até reconhecida pelos inimigos, como Gomes Freire (o comandante do Exército Português), após encontro que tiveram em Rio Pardo, em busca de um armistício.

IHU On-Line – De que modo a literatura brasileira e as artes, em geral, retratam a figura de Sepé?

Alcy Cheuiche – De uma maneira muito positiva. João Simões Lopes Neto exaltou as Missões e seu grande líder em um poema que dizia ter recolhido do folclore popular (mas que pode ser de sua autoria), que inicia assim: “Eram armas de Castela, que vinham do mar de além, de Portugal também vinham, dizendo por nosso bem, mas quem faz gemer a terra, em nome da paz não vem.” Manoelito Dornellas, o brilhante historiador de *Gaúchos e Beduínos* deixou sobre ele um magnífico poema em prosa denominado *Tiaraju*. Foram escritos, em sua intenção, pelo menos, uma centena de poemas, alguns musicados, como *O grito dos livres*, do poeta Gonzáles, vencedor da Califórnia de Uruguiana. Erico Veríssimo dedicou aos Sete Povos o capítulo de *O tempo e o vento* chamado *A fonte* (em que Sepé é personagem) e retirou dos escombros missioneiros o índio Pedro que seduziu Ana Terra, simbolizando a seguir a nossa miscigenação guarani. Meu romance *Sepé Tiaraju* foi editado com sucesso, no Brasil, Uruguai e Alemanha, sendo ilustrado em uma edição em quadrinhos pelo artista plástico uruguaio José Carlos Melgar. O barroco guarani é conhecido no mundo inteiro. A pintura e a escultura contemporâneas dedicaram algumas obras a Sepé, sem a

mesma intensidade da literatura. Sobre a música nas missões guaranis, o livro de Preis é uma ótima referência.

IHU On-Line – Em que aspectos a situação dos índios brasileiros mais mudou nesses 250 anos que se passaram desde a morte de Sepé?

Alcy Cheuiche – Está cada vez pior, principalmente no que se refere aos guaranis. Os poucos que sobram no Rio Grande do Sul vivem nas margens das rodovias, em condições subumanas. Na abertura de um encontro, realizado em junho, no auditório Dante Barone, da Assembléia Legislativa (no dia em que o Deputado Sérgio Górgen protocolou o projeto que reconhece Sepé Tiaraju como “herói guarani missioneiro rio-grandense”), um líder dos remanescentes de sua tribo pediu que, ao homenagearmos Sepé, não nos esquecêssemos dos guaranis de hoje. Eu também penso assim. De nada adianta homenagear o passado sem transformar essa postura em atos positivos para o presente. Quanto aos índios de outras regiões do país, principalmente os que vivem em terras ricas em minérios e pedras preciosas, não passam hoje de marionetes de exploradores nacionais e estrangeiros.

IHU On-Line – Como percebe o olhar da universidade sobre Sepé e a cultura indígena?

Alcy Cheuiche – De uma maneira muito positiva. Os estudos históricos e arqueológicos de algumas universidades, como a Unisinos, têm confirmado as teses dos cronistas da época, como o Padre Sepp, provando o alto estágio cultural e científico dos índios missioneiros. A fundição dos sinos com minérios extraídos de tacurus que se elevam em montículos à flor da terra (semelhantes aos cupins) foi reconhecida por estudos de geólogos universitários. A proteção das Ruínas de São Miguel é outro trabalho em que a universidade tem participado com muita competência. Entender

como eram os guaranis antes da chegada dos brancos também tem ocupado os estudiosos. Somos dos que acreditam que os guaranis, entre a cruz e a espada, fizeram bem em escolher a cruz. Mas o melhor é que tivessem ficado livres de ambas, em seu próprio universo cultural, muito mais rico do que muitos acreditam.

IHU On-Line – O que a luta de Sepé pode dizer ao Brasil de hoje?

Alcy Cheuiche – Que devemos valorizar todas as nossas etnias, principalmente a dos primeiros povoadores do Brasil, sem voz para se defender. Os colonizadores portugueses e espanhóis diziam que os índios não tinham alma, que eram preguiçosos e cruéis. A experiência das Missões Guaranis é uma aula de antropologia social. Se o índio chegou a ser capaz de fabricar violinos artesanais de alta qualidade e tocá-los com virtuosismo, se foi capaz de alfabetizar-se na totalidade da população dos Sete Povos e produzir líderes como Sepé Tiaraju, que liam e escreviam em três idiomas (guarani, espanhol e latim), se conseguiu viver em harmonia econômica e social sem a presença do dinheiro, se nos deixou de “herança” dois milhões de cabeças de gado que determinaram a vocação agrícola do nosso povo (até a indústria coureiro-calçadista nasceu nas Missões), como alguns brasileiros podem se envergonhar desse nosso sangue de origem oriental? Como alguns historiadores podem ficar do lado de Portugal e Espanha contra os nossos índios, ou seja, contra nós mesmos? Racismo, talvez. É a única explicação. Compêndios antigos nos ensinaram que os portugueses foram “obrigados” a buscar africanos para trabalharem nos canaviais, porque os índios eram indolentes. Assim, a culpa da escravidão passaria a ser dos índios. E algumas dessas asneiras ainda sobrevivem até em dicionários. O *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa* traduz o verbete “bugra” como “fêmea do bugre”, negando-lhe o nome de mulher.

IHU On-Line – Quais as semelhanças e diferenças entre Sepé e os demais heróis gaúchos?

Alcy Cheuiche – Não gosto do termo herói e não o emprego nos meus livros. Sepé foi um líder verdadeiro, como alguns outros que lutaram por boas causas no Rio Grande do Sul. Na Revolução Farroupilha, a maior semelhança é com Garibaldi e a maior diferença com Bento Manoel Ribeiro. Em 1893, a maior semelhança é com Gumercindo Saraiva e a maior diferença com Júlio de Castilhos. Em 1923, a maior semelhança é com Honório Lemes e a maior diferença com Borges de Medeiros.

IHU On-Line – Podemos comparar, guardadas as devidas diferenças de contexto, Tiradentes e Sepé Tiaraju em função da causa que defendiam?

Alcy Cheuiche – Acho que não. Tiradentes é uma vítima dos portugueses que sufocaram um movimento libertário do qual não era o líder. Sepé foi corregedor (prefeito) eleito de São Miguel Arcanjo, sendo um líder de fato e de direito do seu povo. O que os aproxima é que ambos foram valentes e morreram pelas mãos dos que negam (até hoje) a nossa soberania.

IHU On-Line – Qual a contribuição de Sepé para a construção do imaginário gaúcho e indígena?

Alcy Cheuiche – Imaginem o que aconteceria se Sepé fosse retirado à força da nossa história, como querem alguns poucos “caramurus”, como os farroupilhas chamavam os retrógrados que pediam, em 1835, a volta dos portugueses. Ficaria um vazio imenso em nosso imaginário e em nossa cultura. Se dependesse de mim, como já falam alguns de seus admiradores, o dia da morte de Sepé Tiaraju, 7 de fevereiro, deveria ser oficializado em todo o Brasil como “Dia da Consciência Indígena”.

IHU On-Line – Qual é o contexto no qual Sepé afirmou a frase “Esta terra tem dono” e o que ele quis dizer com isso?

Alcy Cheuiche – Sepé Tiaraju, segundo historiadores que pesquisaram os arquivos do Exército Espanhol de Demarcação, pronunciou essa frase em fevereiro de 1753, às margens do rio Camaquã (entre os atuais municípios de Bagé e Caçapava do Sul). Além de dizer que a terra tinha dono, ele afirmou que ela fora dada aos índios por Deus e São Miguel Arcanjo. Disse isso em perfeito espanhol, o que foi bem entendido pelos invasores como a recusa de entregar sem luta a terra de seus ancestrais. Aliás, foi a primeira vez que Sepé uniu guaranis e charruas sob a sua liderança. A frase é usada por “gregos e troianos”. É justo que sirva à causa das minorias raciais e sociais que lutam pelos seus direitos. Mas não pertence a ninguém, a não ser à nossa história.

IHU On-Line – Como se encontra em Sepé a cultura indígena e o cristianismo?

Alcy Cheuiche – Como já afirmei, é um símbolo histórico do índio missioneiro do século 18. Cristão praticante, sem perder os valores fundamentais de sua raça. São Miguel, em 1756, tinha uma população de dez mil habitantes. Na mesma época, Buenos Aires tinha quinze mil. Assim, Sepé Tiaraju foi prefeito da segunda maior cidade do Cone Sul, na época, tendo sido eleito para o cargo. Respeitava os padres, como todos os líderes guaranis, no plano espiritual. No temporal, mantinham-se independentes, como provaram durante a Guerra Guaranítica, resistência que a Companhia de Jesus não aceitou, embora alguns valentes, como os Padres Balda, Palácios e Miguel de Sotto, tenham ficado com os índios até o fim. Parece-me claro que Sepé, ao não aceitar o Tratado de Madri, provou que os índios não eram escravos dos jesuítas, como alguns poucos ainda teimam em afirmar.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algum aspecto que não foi perguntado?

Alcy Cheuiche – Sei que alguns intelectuais, como aconteceu em 1956, no bicentenário, não aceitam que Sepé Tiaraju faça parte do Panteon Rio-Grandense porque lutou contra os espanhóis e portugueses, “contra o Brasil”. Que eu saiba, ainda não existia a bandeira brasileira. E acredito, como os mexicanos que cultuam oficialmente Cuautêmoc, o último dos astecas a resistir contra os invasores espanhóis, que o sangue indígena que corre em nossas veias (ou o nosso DNA, como é mais moderno dizer) nos instiga a valorizar essa etnia e sua resistência ao invasor (cujo DNA também está em nós). Essa postura é muito mais ampla, muito mais universal e se coaduna com a luta pela paz e harmonia neste tão maltratado planeta. Imaginem o ridículo de negarmos a Sepé Tiaraju o direito de ser nosso, depois que a própria ONU reconheceu as nossas Ruínas de São Miguel como patrimônio da humanidade.

5.3. “Sepé já foi canonizado por índios e pobres”

Entrevista com Antônio Cechin

Para o irmão marista Antônio Cechin, um dos líderes na campanha de canonização de Sepé Tiaraju, ela será uma “alavanca” para “soerguer a auto-estima desses povos e para desencadear o levante indígena por terra, justiça e direitos humanos”. O religioso lamenta a situação dos índios no Brasil, que “continuam até hoje vilipendiados pela sociedade envolvente, que os transformou em verdadeiros párias da civilização ocidental”. A entrevista foi realizada por correio eletrônico.

Cechin é licenciado em Letras Clássicas e bacharel em Ciências Jurídicas. Atua hoje como agente de pastoral em diversas periferias da grande Porto Alegre, organiza Comunidades Eclesiais de Base

(CEB's) e assessor de grupos de catadores e recicladores. Foi professor por 15 anos no Colégio Rosário, em Porto Alegre, diretor do Colégio Marista São Luís, de São Leopoldo, secretário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da PUCRS, assessor do Movimento de Ação Católica (JEC: Juventude Estudantil Católica) e co-fundador do Movimento Nacional Fé e Política, entre dezenas de outras atividades importantes.

IHU On-Line – Por que acredita que Sepé Tiaraju deva ser canonizado?

Antônio Cechin – Antes de mais nada, Sepé já é santo canonizado popularmente pelos índios e pelos pobres do Rio Grande do Sul. Ao comemorar os 250 anos de seu martírio, no ano de 2006, índios e pobres das Comunidades Eclesiais de Base vão tornar a canonizá-lo de maneira popular. Isso porque, no entender do povo, Sepé lutou para implantar os valores humanos e cristãos que cultivou durante toda a sua vida pessoal e comunitária, entre os guaranis. Por causa de sua luta, particularmente por justiça e por terra para os Sete Povos, foi morto. É um santo mártir. Quem assim morre, entra automaticamente no rol dos santos canonizados pelo próprio Jesus Cristo: “Não há maior prova de amor do que dar a vida por aqueles a quem se ama”. Jesus Cristo, o Santo dos santos, é o que encabeça a lista dos mártires, crucificado por causa do Reino de Deus que queria implantar. A canonização oficial por parte da Igreja, grande instituição, é apenas um rito que confirma o martírio perante todo o mundo católico.

IHU On-Line – Qual a importância da canonização de Sepé para os povos indígenas, que já o veneram como um herói e santo?

Antônio Cechin – Canonizar Sepé é, em primeiro lugar, reconhecer que os índios das Missões estavam muito bem evangelizados e catequizados pelos padres. Ao invocarem Sepé como santo, nada

mais fizeram do que imitar os cristãos de Roma, no tempo dos apóstolos Pedro e Paulo. Quando algum cristão tombasse pela mão dos perseguidores, resgatavam-lhe o corpo e o sepultavam com todas as honras, nas catacumbas. Imediatamente o invocavam como santo e protetor junto de Deus, sem necessidade de processo canônico de espécie alguma. O túmulo do mártir funcionava como altar, sobre o qual o sacerdote celebrava a missa. Isso aconteceu, por exemplo, com os próprios apóstolos Pedro e Paulo, Cecília, Tarcísio, Inês e dezenas de outros.

A importância da canonização cresce, quando olhamos para a situação em que se encontram os índios de hoje, no Rio Grande e no Brasil. Não acredito que haja alavanca maior do que a canonização, para soerguer a auto-estima desses povos e para desencadear o levante indígena por terra, justiça e direitos humanos, à semelhança do que já está acontecendo, por exemplo, em nossos países vizinhos, como Bolívia, Equador, Peru, Venezuela e Paraguai. Em todo o Brasil, os índios continuam até hoje vilipendiados pela sociedade envolvente, que os transformou em verdadeiros párias da civilização ocidental. O Movimento Indígena Brasileiro está ainda muito fraco, se comparado com o de outros países.

IHU On-Line – Como o Vaticano interpretará a solicitação da canonização de Sepé Tiaraju?

Antônio Cechin – Ainda não chegamos até lá. Nós queremos aproveitar a efeméride dos 250 anos do martírio de Sepé e companheiros, para dar alguns passos importantes. Para o Vaticano, que até pouco tempo dava prioridade absoluta às instâncias da cúria romana, pelas últimas reformas que houve na Igreja, a diocese local em que o mártir viveu e morreu passou a ter primordial importância. Isso é fruto do Concílio Vaticano II, que definiu a Igreja como o Povo de Deus. O povo, hoje, tem prioridade absoluta sobre a hierarquia. Embora esta seja importante, é apenas segunda. É um ser-

viço ao Povo de Deus. O próprio Papa deu sinais, ultimamente, nessa direção, canonizando santos fora da “glória de Bernini” na Basílica de São Pedro. Preferiu o local onde viveram e morreram, como foi o caso de Madre Paulina, no Brasil; dos mártires rio-grandenses Roque, Afonso e João, martirizados no Caaró e canonizados em Assunción, no Paraguai; o índio Juan Diego, vidente de Nossa Senhora de Guadalupe, no México. O povo de Deus dos Sete Povos das Missões fez a sua parte e já espera 250 anos para que a Igreja oficial faça a parte dela. A Igreja até agora não se pronunciou nem contra nem a favor. Por isso a causa está em aberto.

Com relação ao nosso Sepé, além de vencer um entrave local, temos de aguardar um avanço na Cúria Romana. Localmente, a Igreja rio-grandense deve querer a canonização. O entrave que dificulta de alguma maneira o avanço da pressão sobre a Igreja oficial, dos que querem a canonização, encontra-se no fato de que as autoridades públicas do Rio Grande, em épocas passadas, negaram a Sepé até mesmo um monumento em praça pública, desclassificando-o como herói rio-grandense. Ora, para o povo gaúcho, Sepé é, antes de mais nada, um grande herói, talvez o maior das Américas, porque ninguém como ele enfrentou as duas grandes potências militares de então – Espanha e Portugal – que provocaram por aqui o maior genocídio da história. Queriam transformar a sua querida “Terra sem males” em “Terra de todos os males” e foi mesmo o que aconteceu. Para os que são cristãos, além de herói, um santo. O herói tem monumento em praça pública, e o santo vai para os altares.

O avanço na Cúria Romana deve acontecer por força do Concílio Vaticano II e da Teologia da Libertação. Sepé, como todos os “Mártires da Caminhada” – como são designados os dos últimos anos na América Latina, por causa da opção pelos pobres – não se enquadram no atual perfil do mártir definido pela Cúria. Para esta, só é mártir quem é morto “por explícito ódio à fé.” Nossos mártires aqui no continente – e Sepé, nesse sentido, se adiantou no tempo –

não foram mortos diretamente por serem cristãos. Foram mortos, isto sim, por quererem transformar o mundo com base nos valores profundamente humanos e, como tais, também profundamente cristãos, que professavam. Aqui se morre “peleando” como diz o hino a Sepé. Nada de morrer na cama.

IHU On-Line – Como vê a relação da Igreja nos Sete Povos das Missões?

Antônio Cechin – Os índios cristãos dos Sete Povos, assessorados pelos padres jesuítas, que eram os representantes da Igreja oficial, durante 150 anos de paz, viveram uma relação fraterna de total solidariedade e no melhor espírito democrático. Essa paz e essa solidariedade, naturalmente, foram quebradas quando da assinatura e da execução do Tratado de Madri, no ano de 1750, entre os reis de Espanha e Portugal. Padres e índios passaram a ser “perseguidos no templo e no pretório”. Alguns padres ficaram o tempo todo do lado dos índios, contra as ordens oficiais, quer do rei, quer da Igreja como instituição, que, no caso dos padres, era o Superior Geral em Roma. Outros padres, querendo obedecer à oficialidade, acabaram se desentendendo com os índios. Será que podia ter sido diferente? Tanto os padres quanto os índios fizeram de tudo para que o tratado fosse revogado. Não conseguiram, e os índios, chefiados pelo prefeito de São Miguel, que era Sepé Tiaraju, partiram para a guerra, gritando de dentro de seu sofrimento máximo: “Esta terra é nossa!... É terra guarani!... Foi Deus e seu Arcanjo Miguel que nela deram!... Só eles nos podem deserdar!” Esse grito de liberdade foi-lhes sufocado na garganta num mar de sangue.

IHU On-Line – Sepé continua sendo uma referência para os guaranis?

Antônio Cechin – No ano passado, no dia 7 de setembro, fomos com três ônibus de guaranis da Região Metropolitana, para

realizar o Grito Indígena dos Excluídos, nos lugares sagrados em que tombaram seus mártires no município de São Gabriel, que os índios jamais tinham visitado. A emoção de que foram tomados, as lágrimas, os cantos, as danças, os discursos bilíngües, representaram para mim o testemunho mais eloqüente do quanto os guaranis de hoje se sentem os herdeiros de Sepé e dos companheiros mártires.

IHU On-Line – Como analisa a influência de Sepé na construção da história gaúcha?

Antônio Cechin – Infelizmente, a história das Missões Jesuíticas não é ensinada nas escolas. Priva-se, assim, a juventude do Rio Grande de fazer da “Grande Experiência” um referencial permanente para um mundo diferente deste em que hoje vivemos. Queremos começar a suprir esta lacuna. O “Ano Sepé Tiaraju – 2006” tem como um dos objetivos tirar a cinza que cobre a história dos índios em nosso Estado. Será o ano do resgate, do acerto histórico do Rio Grande consigo mesmo. Grande parte do progresso do Rio Grande se deve às Missões Jesuíticas, haja vista a criação de gado, que foi a base da economia gaúcha, a indústria coureiro-calçadista, a metalurgia, o cultivo da erva-mate, sem falar, naturalmente, nas artes como a música, a escultura etc. Quando se fala hoje no Fórum Social Mundial de que “um mundo novo é possível”, nos esquecemos de que este mundo já existiu em nosso solo, baseado numa economia eminentemente solidária. Não dá nem mesmo para imaginar o que seria hoje nosso Rio Grande, se, no embate dos Sete Povos com a Espanha e Portugal, os índios tivessem vencido.

E a Igreja do Rio Grande?... Os judeus tinham orgulho de dizer que seu pai na fé era o patriarca Abraão. No Rio Grande, deveríamos afirmar e ter orgulho em dizer que nosso pai na fé é o cacique Languiru que foi buscar, do outro lado do Uruguai, os padres Roque, Afonso e João. Resumindo: as Missões dos Sete Povos deveriam ser um referencial permanente, tanto para a sociedade gaúcha quanto

para a Igreja, se é verdade que “a história é mestra da vida”, como diziam os antigos.

IHU On-Line – Em termos atuais, qual é a relação entre Igreja e populações indígenas? Quais os projetos da Igreja para essas comunidades?

Antônio Cechin – Já por duas vezes acompanhei Campanhas da Fraternidade da Igreja, centradas na questão indígena. Fiquei decepcionado. Começa com o fato de que, para as comunidades cristãs, o tema “índios” é sempre um tema muito periférico, porque eles não estão no centro das cidades. Quando rezamos ou celebramos, não há índios entre nós. Eles se encontram longe. Por este simples fato, nunca nos sensibilizamos com o tema.

Um exemplo: no Natal de dois anos atrás, a administração pública local retirou os índios caingangues, que ocuparam o Morro do Osso, porque afirmam lá existir ainda vestígios de um cemitério, provando ser terra tradicionalmente indígena, de maneira selvagem, praticando verdadeira desumanidade. Soubemos depois que a área já estava sob verificação de caráter antropológico, pelo órgão federal competente, que é o único com autoridade para dizer se é terra de índio ou não. Fatos como esse não provocaram absolutamente nenhuma indignação ética, nem de parte da sociedade, nem de parte da própria Igreja, nem mesmo da mídia. Desde que me conheço por gente, não vi vontade política na sociedade ou na Igreja local de resolver o problema da terra para os índios. São sempre arremedos de soluções. Pessoalmente, acho que os parques ecológicos todos, do Brasil, deveriam ser entregues aos cuidados dos índios que são preservacionistas de nascença e se há algo preservado, no fundo, foi fruto do cuidado deles.

IHU On-Line – Acredita que o jugo dos índios e jesuítas pelas coroas espanhola e portuguesa continua, em certa medida, mas em outras circunstâncias?

Antônio Cechin – Desde que a Igreja da América Latina optou pelos pobres, no ano de 1968, a tragédia vivida pelas Missões dos Sete Povos, provocada pelo Tratado de Madri, se repete de maneira quase análoga. Há prisões, torturas, mortes por parte do Estado e por parte das classes dominantes. Perseguição interna também, por parte dos setores conservadores da Igreja. “Somos perseguidos no templo e no pretório” na expressão do bispo D. Pedro Casaldáliga. Todos temos bem viva na lembrança, a morte da Irmã Dorothy Stang, religiosa estadunidense, de 73 anos de idade e com quase 30 anos de trabalhos no Brasil, covardemente assassinada por pistoleiros, a mando de latifundiários. O fenômeno Sepé se repetiu à letra. Os Sem-Terra que ela ajudava a organizar, ao saber da morte, a declararam heroína e santa. Imediatamente batizaram o novo assentamento de “Irmã Dorothy”. Como os pistoleiros não a mataram por ser ela uma cristã, mas sim porque ela instilava valores cristãos e organizava comunidades, que podiam melhor se defender, se por acaso a diocese a quisesse canonizar oficialmente, terá de fazer um levantamento da “heroicidade das virtudes” pessoais da Irmã. Roma não aceitará que ela tenha sido mártir. Ela será canonizada como confessora, que é o segundo tipo de santos da Igreja, ao lado dos mártires.

IHU On-Line – Qual era o tipo de sociedade pelo qual Sepé lutava?

Antônio Cechin – A sociedade que padres e índios queriam construir inspirava-se nas comunidades cristãs primitivas, descritas nos Atos dos Apóstolos, da Bíblia. O princípio básico era: “de cada um de acordo com suas possibilidades para cada um de acordo com suas necessidades”. A aplicação desse princípio, segundo Clóvis Lugon, muito antes de se falar em comunismo, acabou construindo a “República Comunista Cristã dos Guaranis”.

5.4. A relação de povoamento do Brasil meridional com as sociedades indígenas é um processo etnocida

Entrevista com Tau Golin

O historiador Luiz Carlos Tau Golin, em entrevista por correio eletrônico à *IHU On-Line*, ressalta que a história de Tiaraju “demonstra a incompatibilidade da associação do gaúcho com o missioneiro, realizada pela indústria da identidade tradicionalista”. Outra impropriedade seria atribuir ao guarani a frase “Esta terra tem dono”, já que esta era “originalmente da correspondência dos cabildos missioneiros ao governador de Buenos Aires”. Sobre os índios de nossos dias, Golin pondera que eles “possuem demandas demarcatórias e de reinvenção em um processo de reconstrução de um passado perdido e espoliado, entretanto em uma perspectiva ideológica de “vir a ser” tendo como pressuposto uma utopia”. Desse modo, não é uma defesa das terras a que se propõe, e sim, uma recuperação.

Golin é jornalista e historiador, graduado pela UFRGS, mestre em História do Brasil pela PUCRS, com a dissertação *José Custódio de Sá e Faria e a Guerra Guaranítica*, e doutor em História, pela mesma instituição, com a tese *A Fronteira Brasil-Uruguai: Estado e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Rio Grande do Sul*. Atualmente, leciona na Universidade de Passo Fundo no curso de História, Faculdade de Artes e Comunicação e no Mestrado em História. De sua vasta obra, destacamos *Sepé Tiaraju*, Porto Alegre, Tchê!, 1985; *A Guerra Guaranítica*, Porto Alegre-Passo Fundo, Editora da Universidade-Ufrgs; UPF Editora, 1998; *Etnocídio e herança indígena*, Passo Fundo, UPF Editora, 1999; *O povo do pampa*, Porto Alegre-Passo Fundo, Sulina; UPF Editora, 1999; *Identidades. Questões sobre as representações socioculturais no gauchismo*, Passo Fundo: Clio; Méritos, 2004. Golin foi entrevistado pela *IHU On-Line* de 15 de setembro de 2003, edição 75, sob o título “Movimento tradicionalista: um signo a serviço do conservadorismo”.

IHU On-Line – Qual a contribuição de Sepé Tiaraju na configuração das fronteiras do Rio Grande do Sul e do Brasil?

Tau Golin – A presença de Sepé nas questões fronteiriças deve ser compreendida na perspectiva da existência histórica das Missões. O complexo missioneiro, formado pela parceria entre o jesuíta e o guarani, fazia parte de um projeto geopolítico no âmbito da ocupação ibérica da América. As cidades, estâncias, ervais, chácaras etc. constituíam um bloco fronteiriço como propriedades dos povos, a parte mais avançada no território colonial espanhol. Assim, a Província Jesuítica do Paraguai, da qual os Sete Povos (no atual Rio Grande do Sul) fazia parte, era o espaço de fricção com o projeto expansionista português, palco de guerras e sabotagens. Sepé Tiaraju, inicialmente no posto de alferes de São Miguel, exercia a função de polícia. Com a sua milícia, cuidava da ordem interna, patrulhava os campos, vistoriava as estâncias, especialmente a de Santa Tecla, imensa região que se estendia pelo pampa até o Norte uruguaio, e que tinha a sua sede principal no atual município de Bagé. Nesse trabalho, Sepé enfrentava basicamente os gaúchos, os chamados malfeitores do campo, que atacavam as estâncias missioneiras para arrear (roubar) os gados para os latifúndios particulares que estavam em formação, tomando conta do território desde o litoral, ou, depois de abatidos e convertidos em mercadorias (sebo, guampa, couro etc.), vendidos para o mercado. Com a desobediência missioneira ao Tratado de Madri (1750), o exército português chegou a Rio Pardo e Passo do Jacuí em 1754. Essas tropas foram atacadas por Sepé e outras lideranças indígenas. Por fim, em razão do desacerto temporário entre portugueses e espanhóis, os missioneiros fizeram um acordo com Gomes Freire de Andrada, comandante luso-brasileiro, e fixaram uma fronteira pelo rio Jacuí. Sepé não assinou o documento porque era alferes e esta era atribuição de corregedor, cargo que Tiaraju viria a assumir depois, durante as operações da Guerra Guaranítica.

IHU On-Line – Qual a posição ocupada por Sepé nas guerras guaraníticas travadas nas Missões?

Tau Golin – Já no posto de corregedor de São Miguel, Tiaraju comandava exclusivamente a milícia de seu povo, pois os missioneiros não possuíam exército organizado segundo os preceitos europeus, formando um corpo único e comando centralizado e hierarquizado. As milícias guaranis defendiam inicialmente as suas cidades e terras. Diante de um inimigo superior, as parcelas guaranis se associavam para enfrentá-lo. Por esse motivo, quando os exércitos coligados de Portugal e Espanha ingressaram em Santa Tecla, a milícia miguelista realizou o primeiro enfrentamento, sob o comando de seu corregedor, Sepé Tiaraju. Diante de um inimigo poderoso, Sepé adotou uma tática guerrilheira, com uma concepção de guerra de movimento. Para ele, a guerra de posição seria adotada somente em posição vantajosa. E pensava em adotá-la na picada da Boca do Monte, entre Santa Maria e São Martinho, na época de difícilíssimo trânsito e subida. Entretanto, em uma escaramuça, no território correspondente à atual cidade de São Gabriel, Sepé foi morto no dia 7 de fevereiro de 1756, recebendo inicialmente o golpe de lança de um gaúcho “luso-brasileiro” e, depois, o tiro de misericórdia da pistola do governador de Montevidéu. A história de Tiaraju demonstra a incompatibilidade da associação do gaúcho com o missioneiro, realizada pela indústria da identidade tradicionalista. Os gaúchos, por suas raízes bandoleiras, ou a serviço dos interesses ibéricos, sempre foram instrumentos de desestabilização e, por fim, destruição das Missões. O exército invasor, em grande parte, era formado por gaúchos, principais responsáveis pela chacina de Caíboaté.

IHU On-Line – Como relaciona o povoamento do Brasil meridional com as sociedades indígenas que habitaram essa região?

Tau Golin – Na verdade, trata-se de um longo processo etnocida. Dos quatro povos principais existentes no Rio Grande do Sul, os

pampianos – charruas e minuanos – foram extintos. Em seus espaços, estabeleceram-se os latifúndios particulares. Os guaranis e os caingangues são sobreviventes. Hoje, aproximadamente quinze mil índios reivindicam seus territórios e a contrapartida do espoliamento executado pelo Estado-nação. Entretanto, apesar desse extermínio, a população indígena volta a crescer, novas lideranças assumem a luta histórica e estão cobrando a conta. Outros aspectos da presença indígena na população dizem respeito à mestiçagem e aos hábitos e costumes. Apesar de não-visíveis nessa relação, isto é, representadas simbolicamente, informações, segundo as quais a chamada “comida caseira” é alimentação indígena, são completamente ignoradas. Mais de cinquenta produtos da alimentação básica: erva-mate, espetada de carne (churrasco), batatas, morangas, abóboras, milho, feijão, mandioca, polenta (mingau de aipim substituído pela farinha de milho endurecida) resultam da experimentação imigrante.

IHU On-Line – Como Sepé é visto pelo imaginário regional e indígena do Rio Grande do Sul?

Tau Golin – Infelizmente, ele se converteu em unanimidade. Para alguns, é o brado local contra o interesse estrangeiro; para outros, a vítima dos poderosos que ousou se rebelar; e, ainda, a bandeira da propriedade privada, por meio da manipulação de uma frase, originalmente oriunda da correspondência dos cabildos missionários ao governador de Buenos Aires, atribuída a ele: “Esta terra tem dono”.

IHU On-Line – Como entende a apropriação das lutas de Sepé pela cultura gaúcha?

Tau Golin – Apesar de ente histórico, vigora o Tiaraju da literatura e do debate historiográfico. O primeiro Sepé publicizado foi o ficcional de Simões Lopes Neto. Depois, ele assumiu lugar privilegiado no debate entre as correntes historiográficas lusitana e platinista. A

primeira vinculava o Rio Grande do Sul exclusivamente ao projeto português e, portanto, rejeitava a contribuição missioneira. A segunda defendia o lugar missioneiro na história rio-grandense. É importante perceber Sepé no seu tempo e inserido no mundo missioneiro. Fora disso, é ideologia e disputas fora da história.

IHU On-Line – É possível relacionar os conflitos territoriais da época de Sepé aos que hoje os índios continuam a travar?

Tau Golin – Não! Tiaraju era um missioneiro, ou seja, um índio cristão que sequer passou pelo processo de catequese. Ele já nasceu em uma sociedade jesuítico-guarani que, inclusive, se diferenciava dos grupos tribais guaranis que, nos séculos 17 e 18, mantiveram sua organização milenar e existiram concomitantemente com a missioneira. Uma das distorções históricas é representada pela visão de que “todos” os guaranis foram missioneiros. Dessa forma, Sepé lutou pela sociedade missioneira. Os índios atuais possuem demandas demarcatórias e de reinvenção em um processo de reconstrução de um passado perdido e espoliado, entretanto em uma perspectiva ideológica de “vir a ser”, tendo como pressuposto uma utopia. Eles não estão “defendendo” e, sim, “recuperando” e se “reinventando” com base em seus antepassados distantes, no geral por meio de “mitos fundadores”, mas com preocupações de inserção no Estado-nação. Esse acerto histórico, em muitos aspectos, não será mais possível. Por isso, ao menos no aspecto material, eu defendo o “imposto indígena” a ser pago pelas cidades dos intrusos (leia-se do Estado-nação).

IHU On-Line – De que modo Sepé Tiaraju incorpora a estética sulina? Acredita que sua presença ajudou a escrever a história do nosso Estado?

Tau Golin – Pode-se dizer que, como personagem, auxiliou para que as Missões e a platinidade rio-grandense fosse percebida.

IHU On-Line – Como situa a ideologia contida no desmantelamento das Missões Jesuíticas?

Tau Golin – Significou a vitória do projeto do Estado centralizado e da propriedade privada sobre formas coletivas de propriedade do povo, como era o missioneiro. O curioso é que sucedâneos europeus desse projeto social, hoje, utilizem a figura de Sepé para seus interesses privados e do latifúndio, cuja existência histórica representa exatamente o contrário. Um CTG (estrutura recreativa do latifúndio patronal usurpador do mundo missioneiro) com a denominação de Sepé Tiaraju exemplifica o quanto é poderosa a manipulação do imaginário.

IHU On-Line – Como caracterizaria o cristianismo vivido por Sepé?

Tau Golin – Tiaraju foi criado no âmbito do claustro. Portanto, era um índio devoto. Os cargos que assumiu no povoado de São Miguel só eram possíveis aos caciques “enquadrados”. E, quando morreu, foram encontradas com ele orações impressas. Entretanto, Sepé perpassava sua devoção por elementos da cultura indígena, especialmente nos elementos de similitude com a cristã, a exemplo da crença na aparição e na revelação dos sonhos, em que as crianças aparecem como mediadores dos santos. Aliás, a sua mudança de posição de corregedor “obediente” ao abandono das terras, como tentaram os jesuítas, cumprindo ordens do rei espanhol, para “rebelde” (o que desgostou alguns padres) se deve ao discurso de um indiozinho, dizendo que São Miguel tinha aparecido e dito que não abandonassem as terras, as quais haviam sido dadas pelo santo e somente ele poderia retirá-las. Sepé, de certa forma, representa os desencontros e as procuras das identidades sulinas. Representa a dificuldade de uma formatação cívico-patriótico-pilcha gauchescamente, como pretende o tradicionalismo.

5.5. As vidas de Sepé

Entrevista com Eliana Inge Pritsch

Eliana Pritsch é professora no Curso de Letras da Unisinos. É graduada, mestre e doutora em Letras pela UFRGS. Sua tese de doutorado intitulada “As vidas de Sepé”.

É autora de *Literae Latinae: ensaios de literatura latina*, São Leopoldo, COOPRAC, 1998.

Na entrevista concedida à *IHU On-Line* por correio eletrônico, a pesquisadora fala sobre as diferentes apropriações que o guarani recebeu. Por isso, para ela, “é como se a cada apropriação surgisse um novo Sepé”.

No seminário “Erico Veríssimo: vida, obra e atualidade”, em 14 de setembro, Eliana apresentou o minicurso “A fonte”, em O Continente: fundação histórica e literária.

IHU On-Line – Como podemos caracterizar as vidas de Sepé?

Eliana Pritsch – Quando falo em vidas de Sepé, título de minha tese de doutoramento, tento expressar a diversidade de apropriações que a figura desse índio provocou ao longo dos tempos. Há não só abordagens diferenciadas em virtude das diversas áreas do conhecimento – história, antropologia, literatura, sociologia – mas também uma multifacetada apropriação de sua figura pela mesma área no decorrer dos anos. Assim, é como se a cada apropriação surgisse um novo Sepé, uma faceta realçada de acordo com a época. A construção dessa imagem não está acabada, nem tampouco é uniforme, e a própria iconografia pode atestar a diversidade de representação. Que imagens representam Sepé? Um típico guarani? Um índio cristianizado? Um luso-brasileiro do período colonial? Um hispânico? O que calçaria nos pés? E seu cavalo? Que tipo de arreios teria? Por isso, quando Manoelito de Ornellas publica *Tiaraju* em 1945, traça um perfil perfeitamente adequado ao repertório folclórico, religioso e

moral luso. Introduz, literariamente, uma companheira para Sepé que será cortejada em jogos de argolas, de cristãos e mouros bem documentados no folclore gaúcho. Seu cavalo está garbosamente enfeitado. No registro, por exemplo, do diário do Pe. Tadeu Enis, a fuga de Sepé do Forte de Rio Pardo se dá montando em pêlo um cavalo. Nas últimas apropriações, mais ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e às lutas populares, Sepé aparecerá como marca de resistência, mas não como símbolo de nobreza.

IHU On-Line – A epopéia de Sepé encontra atualidade entre as comunidades indígenas?

Eliana Pritsch – Se levarmos em conta o fracasso da luta empreendida por Sepé, sim. E não é certamente esse o motivo pelo qual as comunidades indígenas possam buscar uma identificação com Sepé, mas sim com a sua disposição à luta pela sua terra. Recentemente, quando do lançamento do projeto de lei, na Assembléia Legislativa do Estado, em 22 de junho deste ano, o cacique guarani Maurício da Silva Gonçalves falou ao público presente, dizendo textualmente que a luta de Sepé não estava acabada, permanecia viva. Ainda mais, a luta de hoje não era mais ou menos importante do que a que fora travada no passado.

A epopéia de Sepé serve como valorização de uma etnia formadora e da discussão da inserção do índio na nossa sociedade, do legado missioneiro e da revisão de um passado histórico que deve ser feita. Mas a situação do índio missioneiro guarani reduzido nas Missões não encontra similar na dos índios das comunidades atuais remanescentes e a diferença básica reside na própria diferença cultural e religiosa que as Missões representavam. A luta dos índios de hoje absolutamente não é a mesma da luta de 250 anos atrás, nem os valores culturais e religiosos missioneiros daquela época são aqueles que as atuais comunidades buscam preservar como traços identitários da cultura guarani.

IHU On-Line – De que modo a literatura aborda o mito de Sepé?

Eliana Pritsch – Sepé, desde as primeiras manifestações, foi identificado como um herói capaz de defender sua terra e fazer oposição quer a portugueses, quer a espanhóis, uma vez que, por ocasião da execução do Tratado de Madrid de 1750, os exércitos de Portugal e Espanha encontravam-se aliados. Na documentação histórica, o nome de Sepé já aparece, reforçando a sua existência concreta e seu papel de destaque, ainda que não exclusivo. A mitificação de Sepé ocorreu, no texto escrito, pelo viés literário. Desde *O Uruguai*, de Basílio da Gama, já destaca os valores épicos desse herói, porque é valente, tal como o lendário Aquiles. A morte não é aniquilamento, mas está revestida da grandeza épica, a morte é que confere contornos de heroicidade a Sepé. Se a documentação histórica não lhe atribui muita importância, não personificando na sua pessoa as ações da guerra guaraníca, pouco a pouco, lenda e a literatura começam a apontar para Sepé uma convergência de fatores, configurando-o como o único herói de destaque. Por exemplo, o relato do Pe. Juan Escandón S.J., *História do Rio Grande do Sul*, publicado em 1760, atesta que, no encontro entre os índios e o governador Gomes Freire de Andrade, às margens do rio Jacuí, coube ao corregedor da Missão de Conceição (Nicolau Nhenguiru) o famoso confronto com as seguintes palavras:

“Beijar eu a mão de teu general?! Por que haveria de fazê-lo? Acaso estou eu em suas terras e não ele nas minhas? (...) Dize-lhe, pois, que não pretendo descer do meu cavalo, nem ainda me rebaijar ao beijo de sua mão!”

“Dize a esse índio que eu digo que ele é um bárbaro!”

“Pois dize-lhe que eu digo que mais bárbaro é ele próprio!”
(ESCANDÓN, 1983, pp. 266 e 267)

Esse episódio, por exemplo, será atribuído, invariavelmente, a Sepé, ainda que este nem estivesse presente naquela oportunidade. Erico Veríssimo, Manoelito de Ornellas, Alcy Cheuiche subvertem essa questão. Se é uma inverdade histórica (e não tenho dúvida), é também a consolidação do mito, porque individualiza e personifica em Sepé toda a saga de um povo: nada mais próximo do próprio conceito de epopéia. Todos os fatos heróicos acabam recaindo sobre a figura de Sepé em detrimento dos demais guaranis. Assim, esse mito foi ganhando cada vez maior detalhamento, versões, mas todas apontam para uma destreza formidável e uma intervenção *post-mortem*, o que lhe garante um caráter místico.

IHU On-Line – Acredita que o destaque recebido por Sepé nas letras é o mesmo que o conferido a outros personagens gaúchos?

Eliana Pritsch – Como personagem histórico, ou melhor, personalidade histórica, não, pois o centro das atenções sempre recaiu sobre a Revolução Farroupilha e seus heróis. Não digo individualmente, mas a quantidade de romances e contos ambientados ou que referem a atuação de personalidades históricas da Revolução Farroupilha, como Bento Gonçalves, General Netto e outros é ainda superior. Aliás, os farrapos sempre foram também a grande questão temática, daí, por exemplo, desde o século 19, os heróis farroupilhas figurarem nas obras literárias ficcionais, como em *O gaúcho* (1857), de José de Alencar; em Simões Lopes Neto, nos contos Anjo da vitória, Duelo de farrapos; no episódio “Um Certo Capitão Rodrigo” de *O Tempo e o Vento*, de Erico Veríssimo; e no romance de Tabajara Ruas, *Os varões assinalados*. No entanto, os heróis farroupilhas têm também uma preponderância muito maior na poesia e no cancionero popular.

Na contrapartida, Sepé Tiaraju atravessou os séculos. O primeiro texto em que aparece é o poema de Basílio da Gama “O Uruguai”, de 1769; depois em “O Lunar de Sepé”, de Simões Lopes Neto

(1913); “Tiaraju” (1945), de Manoelito de Ornellas; no episódio “A Fonte” em *O Continente* (1949), de Erico Veríssimo; “Sepé Tiaraju” (1985), de Alcy Cheuiche, entre algumas obras. Nesse sentido, é a personalidade histórica antiga que ganha o título de duas obras.

Agora, se encararmos Sepé Tiaraju como personagem literária, como criação que do campo lendário e mítico ganhou autonomia e vida própria pela literatura, a comparação deve ser feita com uma personagem fictícia. Teria de ser comparada, nesse imaginário gaúcho, a um Rodrigo Cambará. Individualmente, seria Sepé a personagem com maior recorrência, ainda que Rodrigo Cambará seja o protótipo do personagem gaúcho. Um aspecto que torna Sepé assimilável à cultura gaúcha são dois fatos bem peculiares; o primeiro deles referente ao assalto ao Forte de Rio Pardo, quando Sepé teria fugido montando a cavalo em pêlo. O segundo elemento seria o encontro de Sepé com o general português Gomes Freire de Andrade e a clara demonstração de insubmissão, de valentia, de altivez, quando revela sua determinação de não sair de suas terras. As duas características – habilidade com o cavalo e amor à terra – acabam por identificar Sepé como um típico herói gaúcho.

IHU On-Line – Qual a relação que se verifica entre a figura do índio missioneiro e a do gaúcho?

Eliana Pritsch – No princípio, nenhuma, porque o que se reforçava na constituição da identidade do gaúcho rio-grandense era justamente a ausência do elemento indígena. Esse gaúcho seria formado pela dissidência de soldados, bandeirantes, andarilhos. Por outro lado, foi-se constituindo uma diferenciação entre o gaúcho rio-grandense e o gaúcho missioneiro que, grosso modo, este sim, tem características próprias, provavelmente herança do índio missioneiro que, desgarrado das Missões, desbaratadas pelos exércitos ibéricos imperiais, constitui a formação desse típico gaúcho. A erva-mate, o fogo de chão, a habilidade na doma do gado, a faci-

lidade com que o índio missioneiro adestrou a cavallhada são indícios que acabam por identificar genericamente o gaúcho. O tradicionalismo oficial procurou um vínculo mais evidente com o folclore luso-brasileiro por meio de músicas como o pezinho, o balaio, a cana-verde, a representação das lutas entre cristãos e mouros, a Nau Catarineta, evocações genéricas a um passado ibérico. Por outro lado, o gaúcho missioneiro, parece-me, está mais ligado ao índio missioneiro, à língua guarani, o que aparece com frequência nas obras de seus *payadores*, como Noel Guarani.

IHU On-Line – Como percebe o diálogo entre a cultura gaúcha e a indígena hoje, 250 anos passados da morte de Sepé?

Eliana Pritsch – A herança positivista na nossa historiografia foi bastante perniciosa, porquanto posicionamentos como os de Moysés Vellinho, negando qualquer contribuição indígena à formação do Rio Grande do Sul, ainda em 1975, atrasou muito qualquer entendimento sobre a cultura gaúcha sob esse viés. Parecia que Rio Grande do Sul e índios eram dois assuntos inconciliáveis. Aliás, não foram poucos os autores que diferenciaram o gaúcho platino do gaúcho rio-grandense exatamente pelo elemento étnico. E essa configuração ainda assumia, via de regra, uma conotação negativa, pois o gaúcho platino era o gaúcho *malo*. Então, o diálogo entre a cultura gaúcha e a indígena é ainda muito insípido, quase inexistente. Da mesma forma como o diálogo com a cultura afro. A cultura gaúcha buscou suas raízes unicamente na ascendência lusa, européia branca, negando qualquer outra contribuição importante na sua formação. Por isso, mesmo o papel dos negros na história do Rio Grande do Sul teve (e ainda tem) que ser rediscutido. E foi a partir dessa rediscussão da história que se criaram novos parâmetros para a valorização da cultura afro e da participação do negro na história. Com o índio, pode se dar o mesmo; Sepé tem um papel na história e na literatura do Rio Grande do Sul e o resgate da sua história pode

funcionar como uma alavanca para fazermos uma revisão histórica que dê a medida certa da importância da cultura indígena na formação do nosso Estado, fazendo inclusive um *mea culpa* pelo que devemos aos povos indígenas. Por fim, assim como se espera recuperar um sentido positivo para a negritude, é necessário recuperar urgentemente um sentido positivo para a “indianidade”, fator certamente de maior permeabilidade na população gaúcha.

IHU On-Line – Como você vê as relações de alteridade, especialmente a negação do outro, na época da colonização em que viveu Sepé? Como se dá isso em relação às minorias hoje?

Eliana Pritsch- A percepção do outro sempre se deu, em relação ao que eu conheço, a comparações que possa realizar com a sociedade em que vivo. Desde Homero, na *Odisséia*, encontramos Ulisses estabelecendo juízos de valores perante as sociedades com que se depara a ponto de dizer que são bárbaros aqueles que não resolvem as suas questões em assembleias. Os cronistas portugueses e de outras nacionalidades são fonte de muitos exemplos desse olhar de admiração, censura, endosso, refutamento pelas características sociais com que se defrontaram quando entraram em contato com novos grupamentos humanos. O pensamento daquela época era ainda mais centralizador, mais eurocêntrico e mais radicalizado quanto às noções de cultura e de religião. Por isso, a percepção do outro como diferente é gritante e logo procura se convertê-lo em um igual, numa tentativa de apagar o estranho, o diferente. Para Sepé e os índios radicados nas Missões, essas diferenças já haviam sido mais aplainadas, pois eram cristãos, estavam dentro de um mesmo princípio. Sepé já nasceu em uma estrutura consolidada na qual já estava amainado o choque cultural tão evidente nas comunidades indígenas não circunscritas às Missões.

Não tenho dúvidas de que em qualquer tempo o estranhamento requer um exercício para um relacionamento positivo com as mi-

norias, em que se reconheçam as diferenças, em que se perceba a alteridade e não se busque sempre a homogeneização.

IHU On-Line – De que modo a literatura retrata os traços religiosos de Sepé?

Eliana Pritsch – Os traços religiosos de Sepé talvez sejam mais evidenciados pelo povo e pelos próprios documentos históricos. Nesses documentos, lemos que Sepé era bastante benquisto pelos padres missionários, tanto que chegou a exercer um cargo de “polícia”, ou seja, podia prender aqueles que não cumprissem as ordens estabelecidas na Missão de São Miguel. Isso significa que ele era merecedor de confiança, o que provavelmente baseava-se, também, na sua religiosidade, ou pelo menos na sua obediência aos mandamentos dos padres jesuítas.

As duas cartas encontradas com Sepé e as suas diferentes manifestações sempre evocam os nomes de Deus e São Miguel Arcanjo. “Essas terras nós a recebemos de Deus e de São Miguel”.

De outra forma, os traços religiosos podem ser também interpretados por um viés místico que a lenda virá reforçar. Em “O Uruguai”, poema antijesuítico e iluminista, obviamente, os traços religiosos não foram edificados, ainda que, indiretamente, ele oriente, *post mortem*, aos outros índios para que resistam aos exércitos imperiais. O primeiro texto que enfatiza um traço mais místico é o próprio *Lunar de Sepé* que também se refere à santificação de Sepé:

Então, Sepé foi erguido
Pela mão do Deus-Senhor
Que lhe marcara na testa
O sinal do seu penhor!...
O corpo, ficou na terra...
A alma, subiu em flor!...
E, subindo para as nuvens,

Mandou aos povos benção!
Que mandava o Deus-Senhor
Por meio do seu clarão...
E o lunar da sua testa
Tomou no céu posição...
Eram armas de Castela,
Que vinham do mar de além;
De Portugal também vinham:
Dizendo, por nosso bem...
Sepé Tiaraiú ficou santo
Amém! Amém! Amém
(LOPES NETO, 2002, p. 154)

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar mais algum aspecto?

Eliana Pritsch – A questão sobre Sepé Tiaraju é ainda bastante controversa e, às vezes, me pergunto para que servem mesmo as comemorações oficiais e as homenagens. Tenho bem certeza de que os limites da verdade histórica, das diferentes questões ideológicas e religiosas envolvidas no caso de Sepé são bastante intrigantes. Como podem as comunidades indígenas atuais quererem uma identificação com Sepé quando deveriam buscar um lugar para sua cultura própria? Como podem os movimentos populares e ligados ao MST pleitearem Sepé como seu líder se a ele e aos guaranis pertenciam a Terra do Rio Grande? Como os estancieiros julgam-se os proprietários da terra, passados 250 anos, de uma “invasão” europeia e usam a mesma frase de “Essa Terra tem dono!” atribuída a Sepé? Teria outra saída melhor que a evangelização jesuítica? As Missões, no final, não foram um retardamento, em pelo menos um século, do aniquilamento quase que total das culturas indígenas? As demais propostas colonizadoras quanto aos índios apresentaram-se melhores? Essas questões todas estão longe de estarem resolvidas e superadas. Heroicizar a figura de Sepé tem todos os inconvenientes

expostos acima, mas tem uma razão que, ao meu ver, supera esses entraves. É uma figura que pode simbolizar um elemento autóctone em oposição ao colonizador europeu. Todos os nossos heróis estão identificados com o papel da conquista, do branco, do vencedor. Tal como Zumbi, Sepé pode significar a revitalização de todas essas questões e a possibilidade de revisar a história sob uma perspectiva que valorize a contribuição do índio na formação da cultura, da história, do povo gaúcho.

5.6. A experiência missioneira continua viva

Entrevista com Ceres Karam Brun

Esta foi uma das conclusões às quais chegou a pesquisadora Ceres Karam Brum, professora adjunta do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com a análise antropológica que realizou sobre o passado missioneiro. “Ele está muito vivo na memória das pessoas, produz identidades relativas à figura do gaúcho. É um passado que ainda não está completamente resolvido em termos de interpretação, por isso, essa é uma forte razão para continuar sendo lembrado”, disse na entrevista por telefone à *IHU On-Line*. Sobre Sepé, Ceres afirma que não se trata de frisar a veracidade ou falsidade dele como herói ou anti-herói. “A questão toda, no meu entendimento, está em tentar perceber por qual motivo as pessoas o utilizam ou o percebem como herói ou não. Como glorificam ou o rejeitam e que importância isso tem na produção da identidade desses grupos sociais. A conclusão a que se chega é que essa figura, esse símbolo serve a inúmeros interesses no território do Rio Grande do Sul”.

Ceres é graduada em História pela UFSM, onde cursou os mestrados em Integração Latino-Americana na UFSM, com a dissertação *Integração: uma categoria para estudar a atuação do Padre Anto-*

nio Sepp nos Sete Povos das Missões e em Educação, com a dissertação *Lendário missioneiro: pedagogia jesuítica para a integração colonial nos Sete Povos das Missões*. É doutora em Antropologia Social pela UFRGS, com a tese *Uma análise antropológica de representações sobre o passado missioneiro do Rio Grande do Sul*, assunto que em breve será tema de um *Cadernos IHU*, e pós-doutora pela PUCRS.

IHU On-Line – Qual é o contexto no qual o Sepé afirmou a frase “essa terra tem dono” e o que quis dizer com isso? Qual seria a atualidade dessa afirmação em relação ao problema dos povos indígenas brasileiros?

Ceres Karam Brum – A frase específica dita por Sepé Tiaraju, que hoje é conhecida como um grito “apasico”, “essa terra tem dono”, o brado de Sepé Tiaraju é o seguinte: “Essa terra tem dono, nós a recebemos de Deus e de São Miguel”. Esse episódio ocorre num encontro entre Sepé Tiaraju e Gomes Freire de Andrade, em função das negociações da troca dos povoados missionários platinos, os Sete Povos das Missões, e a Colônia do Sacramento. Essa expressão de Sepé Tiaraju se refere à recusa da entrega dessas terras indígenas às coroas ibéricas. Elas queriam trocá-las pela Colônia do Sacramento. Isso é extremamente importante, porque coloca em questão a definição dos limites do território do atual Rio Grande do Sul. A atualidade dessa afirmação se dá não apenas em relação aos povos indígenas brasileiros, mas também em relação a uma série de grupos sociais no Rio Grande do Sul e mesmo nos demais locais onde se possui uma memória da experiência missionária platina. Às vezes, glorificando-a e comemorando esse passado colonial. Nesse sentido, diferentes grupos sociais, como os tradicionalistas no Rio Grande do Sul, que consideram Sepé Tiaraju como primeiro gaúcho do Rio Grande do Sul, consideram a experiência missionária como a origem dos gaúchos, assim como a apropriação da figura do Sepé Tiaraju pelo MST e a questão indígena, especialmente referente

aos índios guaranis que estão em São Miguel das Missões, que receberam terra na região de São Miguel das Missões e que vendem seu artesanato nas ruínas tombadas como patrimônio histórico da Humanidade. Em relação a esta frase “essa terra tem dono”, existe o personagem histórico Sepé Tiaraju e mito Sepé Tiaraju, que aparece logo depois, muito próximo à sua morte. Com a criação do poema *O Uruguay*, vem recebendo sucessivos tratos literários e de narrativas históricas. História e mito não estão dissociados.

IHU On-Line – Sepé é considerado por alguns como um herói, um santo, enquanto há aqueles que discordam. Como podemos caracterizá-lo?

Ceres Karam Brum – Aí está o fascínio de se trabalhar com essa figura histórica e mitológica que é Sepé Tiaraju. O que existe é uma disputa... A caracterização deve partir da análise simbólica de Sepé Tiaraju. A análise antropológica está justamente no símbolo Sepé Tiaraju, que é considerado por alguns como herói e por outros como anti-herói. O que nós temos em jogo são posições de identidade, apropriações, que se referem à brasilidade ou não-brasilidade da figura do Sepé Tiaraju, que está relacionada com as disputas e trocas de terra na região das Missões. Durante a década de 1950, houve uma discussão no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul para a construção de uma estátua em homenagem ao Sepé e a sua ascensão a herói. O Instituto Histórico e Geográfico negou a permissão para construir o monumento, o que leva a concluir que Sepé Tiaraju é uma figura extremamente liminar e que incomoda, ainda hoje, no Rio Grande do Sul. Veja-se, por exemplo, um episódio que eu tentei analisar na minha tese de doutorado: a disputa de terras na região de São Gabriel, que ocorreu em 2002 e 2003 em que o Sepé Tiaraju era utilizado pelos dois grupos, tanto pelo MST, que batizou aquela situação de ocupação das terras com o nome “alerta, esta terra tem dono”, e os latifundiários. Os latifundiários

batizaram o movimento de recusa à entrega das terras de “alerta, essa terra tem dono” e o MST levava o estandarte do Sepé Tiaraju, considerando-o o santo protetor naquela disputa de terras. A discussão toda não é frisar a veracidade ou a falsidade da representação de Sepé Tiaraju, como um herói ou como um anti-herói. A questão toda no meu entendimento está em tentar perceber por qual motivo as pessoas o utilizam ou o percebem como herói ou não. Como o glorificam ou o rejeitam e que importância isso tem na produção da identidade desses grupos sociais. A conclusão a que se chega é que essa figura, esse símbolo, serve a inúmeros interesses no território do Rio Grande do Sul.

IHU On-Line – Qual é a análise antropológica que a senhora faz a respeito das representações sobre o passado missioneiro do Rio Grande do Sul?

Ceres Karam Brum – Sepé Tiaraju foi analisado em uma pluralidade de representações na minha tese de doutorado sobre o passado missioneiro. Digo pluralidade de representações porque, durante os trabalhos de campo, para a produção da tese, eu me deparei com inúmeras representações que se remetem ao passado missioneiro. Pacotes turísticos, apropriações efetuadas pelo movimento tradicionalista gaúcho, referências dos índios guaranis, que residem próximo às ruínas, referências dos próprios habitantes dos povoados missioneiros no Rio Grande do Sul, Paraguai e Argentina, utilização política das missões como patrimônio histórico pelos prefeitos e pelas autoridades da região das Missões. O próprio Estado do Rio Grande do Sul usa essas representações históricas, como a construção de narrativas históricas a respeito do passado missioneiro, interpretando-o. Nessa pluralidade de representações, ative-me na análise antropológica, na maneira como diversos grupos sociais e diversas pessoas se relacionam com o passado. É a relação que se estabelece com o passado no presente e como esse passa-

do é recriado e representado. Dessa forma, ele é revivido pelas pessoas e essa vivência do passado se dá em termos de comemoração ou em termos de repulsa. A conclusão a que chego nessa análise antropológica é que o episódio missioneiro, apesar de estar ligado com a colonização espanhola no Rio Grande do Sul, no séc. 18, ele está muito vivo na memória das pessoas, produz identidades relativas à figura do gaúcho. É um passado que ainda não está completamente resolvido em termos de interpretação; por isso, essa é uma forte razão para continuar sendo usado e lembrado. A experiência missioneira é polêmica, toda a historiografia missioneira aborda isso, e ela está relacionada com a produção de identidade especialmente com a produção de pertencimento, quer dizer, como as pessoas vivem, como elas se pertencem em termos de missões.

IHU On-Line – Como situa a importância de Sepé Tiaraju para a comunidade missioneira daquela época?

Ceres Karam Brum – Para responder a essa questão, eu gostaria de fazer referência a dois textos, um pequeno artigo da professora Sandra Pesavento, que se chama “Narrativas cruzadas: história, literatura e mito. Sepé Tiaraju das Missões”, e a tese de doutorado do professor Júlio Ricardo Quevedo dos Santos, intitulada *Missões de uma utopia no Prata*. Nesses dois textos, esses importantíssimos historiadores do Rio Grande do Sul abordam a importância da figura histórica de Sepé Tiaraju efetuando a sua caracterização. Esses dois autores autorizam a dizer o seguinte: Sepé Tiaraju foi um personagem extremamente importante já naquele período. Ele foi um alferes real e corregedor do povo de São Miguel, o que significa dizer que ele tinha funções militares e policiais de aplicação da justiça. Já naquele período, ele é percebido como liderança histórica entre índios, como um guerreiro, como alguém bastante valente, isso as narrativas históricas confirmam. A figura do Sepé Tiaraju se salienta na guerra guaraníca quando ele se configura no grande líder.

Quer no episódio a que me referi, o encontro entre Sepé Tiaraju e Gomes Freire de Andrade, quer no momento da sua morte na batalha de Caiboaté, em 1756, a figura histórica do Sepé já aparece como um símbolo de resistência à ocupação das terras missioneiras pelas metrópoles ibéricas que pretendiam trocá-las pela Colônia de Sacramento. O mito Sepé Tiaraju segue sendo percebido como uma figura de resistência, tanto pelos índios quanto e especialmente, pela Igreja. Existe uma tentativa de canonização do Sepé Tiaraju relacionada com a Teologia da Libertação, que, por sua vez, está relacionada com os sem-terra. Temos, como exemplo, o trabalho do irmão Antonio Cechin nessa perspectiva, que tem esse caráter de resistência. A forma como essa resistência e esse símbolo tem sido utilizada ainda está em disputa no Rio Grande do Sul.

IHU On-Line – A senhora acredita que Sepé ajudou a formar a cultura gaúcha calcada nas lutas de resistência?

Ceres Karam Brum – Sim. A resistência de Sepé Tiaraju é produzida no imaginário do Rio Grande do Sul. Eu percebo que as referências a Sepé Tiaraju são mais frequentes do que as referências ao general Bento Gonçalves da Silva. Nós estamos em setembro, no mês de comemoração da Revolução Farroupilha, e a conclusão a que eu chego é que o movimento tradicionalista gaúcho, que é o principal responsável pelo festejo da figura do gaúcho no Rio Grande do Sul, da vivência desse mito do gaúcho valente e lutador, aguerrido, que resiste, não se calca apenas na Revolução Farroupilha, ela se refere muitíssimo às Missões e a figura de Sepé Tiaraju. Por exemplo, nos desfiles farroupilhas, especialmente em Porto Alegre, eu tive a oportunidade de observar, várias vezes, referências à genealogia dos guapos, do bravo gaúcho, iniciadas com Sepé Tiaraju. Durante o Enarte, que é um festival de arte e tradicionalismo, os grupos de dança expressam episódios missioneiros e se referem à figura de Sepé Tiaraju com relação à resistência. Existe uma produção do movi-

mento tradicionalista gaúcho, do nativismo, do regionalismo, que produz esse mito.

IHU On-Line – Como percebe os direitos dos povos indígenas no Brasil?

Ceres Karam Brum – A pequena experiência etnográfica que eu tive com os indígenas guaranis de São Miguel me permite efetuar uma radiografia da situação, uma pequena amostra da situação no Brasil. O que se vê, o que eu percebo é uma extrema dificuldade em garantir os direitos indígenas desses povos porque, apesar da existência da legislação, há uma burocracia estatal e municipal que emperra a efetivação desses direitos. Por exemplo, as casas dos índios dessa reserva próxima à São Miguel ainda estão em processo de construção. É uma coisa que dura muitos anos, e os índios seguem acampados em barracas. É uma situação precária e transitória e todo o mundo se identifica com a questão indígena. As pessoas querem ajudar, mas é muito mais em discurso do que uma situação concreta e de mudanças, de melhorias. É até um problema de intromissão na própria relação que os índios tentam estabelecer com essa terra, na própria produção do seu *ethos*, quer dizer, essa grande intromissão, que, efetivamente, não contribui para a vivência dos povos indígenas na atualidade, acaba muito mais, atrapalhando e emperrando conquistas dos povos indígenas do que auxiliando. A situação vem sempre como extremamente caótica. Nessa situação dos índios de São Miguel, eles receberam as terras do governo do Estado, mas eles não têm condições de reproduzir seu modo de vida. Falta o espaço para caçar, faltam inúmeras condições. Não é só dar a terra. Se nós formos abordar a questão dos colonos, do próprio MST... não é só a terra, são condições de reproduzir o modo de vida.

IHU On-Line – Sobre o trabalho missionário que os jesuítas fizeram entre os índios naquele tempo no Rio Grande do Sul: qual é a sua percepção?

Ceres Karam Brum – Os padres jesuítas efetuaram uma grande transição do modo de vida do guarani originário e o inseriram nas Missões. Uma perspectiva evolucionista. Eu gostaria de salientar que a questão está na possibilidade de sobrevivência desses índios guaranis que se encontravam nas Missões. Esses guaranis estavam sendo objetos de uma dupla frente de expansão, tanto da Coroa castelhana quanto da Coroa ibérica. Os jesuítas garantiram nas missões a possibilidade de sobrevivência física dos guaranis missioneiros num trabalho de manutenção de alguns aspectos da cultura guarani e transformação em outros, para se criar a experiência missioneira platina. Dessa questão, sobrevive um imaginário da missão como a terra de promessa. Esse imaginário está fartamente descrito, especialmente nos escritos do Padre Antônio Sepp, a respeito das missões jesuíticas, da sua experiência nos povoados de São Miguel e São João Batista, que ele foi o criador. O mito da missão como terra da promessa é utilizado por esses jesuítas para manter os guaranis nas Missões, uma vez que, nesse momento, eles já estavam catequizados. Relacionando a missão com episódios bíblicos, atualizando o catolicismo nas missões jesuíticas, essa abordagem das missões como terra da promessa permanece e é vivida como mito na região das Missões. As Missões se caracterizam ainda no imaginário daquelas pessoas e da própria produção dos pacotes turísticos como um momento de promessa, em que se deu uma experiência magnífica. O que é lembrado em termos de Missões não é a cultura guarani, mas a cultura jesuítica, essa que algumas pessoas se referem como mescla. O que permanece não é a questão guarani, a questão indígena. O que permanece é a questão jesuítica, e o índio é lembrado quando ele consegue simbolicamente, como no caso de Sepé Tiaraju, ser percebido como branco, como um índio romântico, como um índio bravo, como bom selvagem, como alguém que auxilia o branco no processo civilizatório. No Rio Grande do Sul, por exemplo, ele se dá com relação à figura do negro. O negro é

lembrado, no Rio Grande do Sul, mediante a lenda do Negrinho do Pastoreio, numa perspectiva bastante conservadora. Qual é o índio freqüentemente lembrado no Rio Grande do Sul? Sepé Tiaraju. Ou os índios que aparecem nas narrativas tradicionais como Angüera, como o M'bororé, são figuras indígenas que estão relacionadas, estão a serviço da obra das Missões.

IHU On-Line – Haveria aí uma espécie de violência simbólica dos brancos para com as populações não brancas?

Ceres Karam Brum – Acho que dá para pensar que sim. É uma produção do imaginário em que o índio concorre representacionalmente quando ele interessa ao branco. Não se pode dizer que o índio é totalmente ausente da produção de representações, que está totalmente ausente do imaginário. Não, ele é presente, mas é presente não como índio, não como cultura guarani ou como cultura caingangue. Ele é presente quando diz respeito aos interesses do branco, como Sepé Tiaraju, como Angüera, como o M'Bororé, por exemplo, que guardava os tesouros jesuíticos. Como o Angüera, que é apropriado pelo grupo *Os Angüeras*, de São Borja, como o símbolo musical das Missões. Mas ele aparece na narrativa com feições de branco, feições no sentido de alguém que pensa como branco e age pela causa branca. Nesse sentido, a causa branca seria a das Missões.

Eu gostaria de acrescentar que esse episódio da experiência missioneira platina continua extremamente vivo na memória dos gaúchos. Há toda uma política de parcimonialização desses territórios e existe uma memória coletiva incessantemente produzida dentro e fora da Região das Missões. Isso continua sendo um passado controverso em que a história passa a ser vivida como mito, e é uma história que está constantemente sendo acionada. Esse acionar o passado não pode ser percebido, no meu entendimento, como alguma coisa dada, como alguma coisa consensual, como alguma coisa pacífica de ser

interpretada. Ele é um passado que ainda se encontra como disputa simbólica. De um lado, comemora-se a experiência missioneira como um império teocrático dos jesuítas, como o comunismo cristão dos guaranis; de outro lado, uma experiência que está relacionada com a colonização espanhola, que ajudou a dizimar os guaranis. Enfim, essas referências constantes ao passado missioneiro geram uma série de identidades e um pertencimento a um passado colonial espanhol num território que atualmente é o Rio Grande do Sul, é o Brasil. Recentemente, no último carnaval, a escola de samba campeã foi a Beija-Flor, que apresentou como tema as Missões Jesuíticas. A produção dessa memória coletiva que gera identidades... Essas pessoas estão vivendo esse passado, que está latente. Esse passado deve seguir sendo objeto de interpretação. Deve continuar sendo objeto de muitos estudos, tanto históricos quanto arqueológicos, especialmente antropológicos, porque as pessoas se identificam com esse passado e querem vivê-lo, quer como um mito que o comemora, quer como mito que o execra, quer como mito que o considera negativo.

5.7. Um ano para lembrar Sepé Tiaraju

Entrevista com Luiz Carlos Susin

O doutor e professor da Pós-graduação em Teologia da PUCRS, Luiz Carlos Susin, coordenador da subcomissão acadêmica do comitê organizador do Ano de Sepé Tiaraju, concedeu entrevista ao site do Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Ele falou sobre O Ano, a ser comemorado em 2006. Reproduzimos aqui as afirmações de Susin sobre o assunto.

Susin é teólogo pela PUCRS, mestre e doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana (PUG), na Itália, com a tese *O homem messiânico em Emmanuel Levinas*, publicado em forma de livro pela EST/Vozes em 1984. De sua produção acadêmica, desta-

camos *Assim na terra como no céu: brevíssimo sobre escatologia e criação*, Petrópolis, Vozes, 1995, e *A criação de Deus*, São Paulo, Paulinas, 2003.

IHU On-Line – O que será O Ano de Sepé Tiaraju?

Luiz Carlos Susin – No centro de tudo isso, estão as memórias dos 250 anos da morte de Sepé Tiaraju e da Batalha de Caiboaté, que termina a guerra guaraníca provocada por toda aquela crise depois do tratado de Madri, em que os Sete Povos das Missões deveriam ser esvaziados e passadas para os portugueses. Sob o ponto de vista do comitê organizador do Ano, queremos possibilitar que os guaranis assumam o protagonismo dessa memória. Eles serão os principais atores em São Miguel.

IHU On-Line – Como serão organizadas as homenagens?

Luiz Carlos Susin – Estamos programando lançamentos para todos os dias sete, já que o dia da morte de Sepé Tiaraju é sete de fevereiro. Amanhã será lançado o Ano entre as comunidades guaranis. Será um acontecimento eminentemente guarani, com apoio do Conselho Missionário Indigenista (Cimi), ligado à CNBB. Serão eles, com suas celebrações e rezas, que estarão reunidos em São Miguel, vindos de diversas partes do Rio Grande do Sul. Será lembrado o passado e, também, discutido o futuro. O futuro dos guaranis está muito ligado à terra. Ou eles conseguem uma terra adequada à vida em comunidade, ou continuam à margem das estradas, que é o grande problema deles hoje.

IHU On-Line – O que mais está sendo organizado?

Luiz Carlos Susin – Para o dia sete de novembro, está programada uma jornada acadêmica sobre o tema. “O significado histórico e cultural da figura de Sepé Tiaraju e da herança indígena para a identidade do RS” reunirá acadêmicos para discutirem esse tema na

PUC do Rio Grande do Sul. No final da tarde desse dia, haverá uma caminhada indígena, da Feira do Livro até a Praça da Matriz, em Porto Alegre, e uma celebração indígena, que marcarão o lançamento do evento na capital gaúcha. Não podemos esquecer que, em 22 de junho, foi feito o lançamento político na Assembléia Legislativa.

IHU On-Line – E qual é o significado histórico e cultural da figura de Sepé?

Luiz Carlos Susin – Não só a figura histórica dele é importante, mas também a figura lendária, que pode ser comparada à figura lendária do Negrinho do Pastoreio, que são dois símbolos que mostram o Rio Grande escondido. O Rio Grande, que, depois dos açorianos e das imigrações, não quis mais se enfrentar com o rosto indígena miscigenado, tem o rosto que está envergonhado. Ninguém quer ser filho de bugre. Para a questão da auto-estima do povo gaúcho, é importante essa recuperação mais positiva dessas figuras.

IHU On-Line – O que já está programado para o ano que vem?

Luiz Carlos Susin – A principal comemoração será no dia mesmo, sete de fevereiro, em São Gabriel, na Sanga da Bica, lugar onde Sepé tombou, e em Caiboaté, há alguns quilômetros da cidade, onde aconteceu a batalha que dizimou os 1.500 índios. Além dos guaranis, que vão ocupar um espaço importante lá, vamos organizar uma grande concentração para prestar essa homenagem.

5.8. “Creio que não se deva exagerar o alcance individual de Sepé Tiaraju”

Entrevista com Arthur Rabuske

Essa é uma das opiniões de Arthur Rabuske, S.J, pesquisador da história missioneira no Rio Grande do Sul, na entrevista dada por

escrito à *IHU On-Line*. Afora isso, há que se salientar o “incidente trágico e, sob certo aspecto, heróico”, envolvendo o guarani, pondera Rabuske. O estudioso questiona a iniciativa de canonizar Sepé e discute a questão da expulsão de dez missionários jesuítas, daquela época, cujos nomes constavam em uma lista, antes mesmo da expulsão ocorrida em 1759 em Portugal e suas colônias.

Arthur Rabuske é jesuíta, padre, pesquisador, tradutor e escritor polígrafo. Sua formação engloba Filosofia e Teologia com caráter lingüístico-filosófico e Letras Clássicas, Neolatinas e Anglo-germânicas. Em 1958, tornou-se co-fundador das faculdades de S. Leopoldo, que deram origem à Unisinos em 1969. Lecionou de 1959 a 1968, quando abraçou, em tempo integral, as pesquisas históricas no campo das Reduções Guaranis, da sua Ordem Restaurada no Brasil, e da ex-colônia alemã no país. Até hoje, com 80 anos, padre Rabuske prossegue suas investigações sobre a história missioneira, em especial sobre a trajetória jesuítica moderna, de 1842 em diante, e a antiga, de 1626 a 1768, propriamente a das reduções guaranis em suas duas fases distintas. Participou ativa e decisivamente dos Simpósios Nacionais de Estudos Missionários em Santa Rosa, RS, desde seus inícios, bem como das Jornadas Internacionais sobre as Missões Jesuíticas.

Por quinze anos, dirigiu o setor “História” das publicações no Instituto Anchietano de Pesquisas, ao mesmo tempo em que conduzia suas investigações na Unisinos. Em 1999, a universidade conferiu-lhe o título de doutor *honoris causa*. Tem algumas centenas de publicações, entre artigos, ensaios, brochuras, traduções e livros, além de verbetes bibliográficos. Em função disso, é referência no assunto no mundo inteiro.

IHU On-Line – Como o senhor vê a existência histórica de Sepé?

Arthur Rabuske – A existência histórica como tal de Sepé, enquanto se nos faculta conhecê-la, apenas se estende ao prazo apro-

ximado de uns seis anos, quiçá desde fins de 1750, ou seja, desde o Tratado de Limites ou de Madrid, como entre nós mais se diz, ao La Plata e aos Sete Povos, até a sua morte prematura e infeliz em 7 de fevereiro de 1756, em Caiboaté. Óbvio que a gente gostaria de saber de Sepé mais do que se descobre documentado, por exemplo, a idade que ele a essas alturas tinha, que seria de uns trinta e poucos anos, a formação especial que seus missionários lhe conferiram de descobrir talentos ou dotes naturais, o influxo por ele exercido no cabildo etc. Em suma, pelo fato de se haverem perdido todos os livros de batizados e casamentos da comunidade “paroquial” de São Miguel, não sabemos sequer a data de seu nascimento, nem o fato de ser casado e com quem.

Seja como for, o certo é que Sepé Tiaraju entra no cenário criado nas cortes de Lisboa e Madrid pelo Tratado dos Limites, pela rebelião indígena e pela guerra guaraníca, visto que uma guerra, no sentido próprio da palavra, somente existe entre nações diversas e porque os guaranis eram cidadãos espanhóis. Daí, se muito, era uma revolução. Assim sendo, vejo a existência histórica de Sepé com os sentimentos mistos de diversas modalidades, sobretudo os de lástima, de dor e de compaixão. Peregrinando, mais em espírito que de fato, por lugares de sua passagem, como Rio Pardo, Rio Grande, Santa Tecla, Passo do Rio Jacuí (perto de Agudo e Santa Maria e São Miguel das Missões, sem esquecer Caiboaté), vendo então mentalmente a figura de Sepé e as seqüelas da sua existência de curta duração num grande contexto, de perspectiva histórica, no mínimo se abate sobre mim um acabrunhamento próximo de lágrimas sentidas. E, acredite-se-me, não é por mero sentimentalismo!

IHU On-Line – O que o senhor destacaria do contexto da época em que viveu Sepé?

Arthut Rabuske – O Tratado dos Limites, além de coisa inteiramente nova, inesperada e assombrosa, era principalmente injusto a

ponto de clamar aos céus. Dele deveriam se examinar, de modo especial, os artigos 15 a 17, relativos à troca da Colônia do Sacramento com os Sete Povos, à transmigração destes e ao prazo de se estipular para a mesma, a qual não deveria “passar do ano, depois de se firmar esse Tratado”. Diante disso, e do extermínio ameaçado pelas armas, onde ficava a bondade de um rei católico, o tratamento devido a súditos fiéis, reconhecidos por ele como tais, a perda de tantos bens, em troca do ermo ou da mata virgem e gente já civilizada por diversas gerações e a indenização meramente simbólica, ou de todo irrisória, de quatro mil pessoas para cada um dos Sete Povos. Para tanto, Sepé, como todos os outros índios dos Sete Povos, não estava preparado, pois isso lhe era incompreensível. Daí a revolta, pode-se dizer geral, por causa da suspeita e da traição dos próprios missionários e o propósito de lutar até a morte, se necessário, de todos. Sepé, feito uma espécie de chefe geral dos sublevados no *front*, era decerto valente, entendia de guerrilhas e escaramuças, mas, como escreveu o missionário Dobrizhoffer mais tarde, era “ele ativo e corajoso, mas tão ignorante de táticas militares como o sou eu sobre magia negra”. Além disso, crédulo como era, chegou à loucura de querer prender e matar o Padre Altamirano, comissário plenipotenciário do general da Companhia de Jesus para a América Latina, bem como à de reter em seu “pueblo”, como prisioneiros incomunicáveis, os próprios padres, os quais, não obstante isso, eram vistos, sobretudo o Padre Balda, em combate, na guerra guaraníca pelos secretários das forças aliadas...

Outro elemento possível para refletir sobre o “contexto” em questão seria o de se estudar e entender melhor o contexto europeu, sobretudo seu *Zeitgeist*, distante, a começar com uma verdadeira “vida” de Pombal, desejável e insubstituível para tanto. Também se deve dar uma atenção especial à sua *Relação Abreviada* do ano de 1757, aparecida sem a indicação do autor, mas redigida decerto sob a sua orientação e editada com licenças régias. Considere-se apenas

a respeito desse panfleto que, sob a tentativa de atacá-lo ou refutá-lo, pesava a “leve sanção” do crime de lesa-majestade e, assim, de pena capital.

IHU On-Line – Como o senhor vê a história de Sepé? Quais as conseqüências históricas de suas lutas, segundo sua visão?

Arthur Rabuske – Minha resposta deve depender, naturalmente, de diversos pontos de vista, sobretudo os da objetividade realista, baseada e conseguida em longa investigação. Cito duas, a de historiador e a de literato. Na minha condição de formado em três cursos superiores de Letras, tenho obviamente gosto pelas lendas, fábulas e ficções missionárias. Mas, na de historiador, tenho o dever profissional de buscar a verdade histórica, e a coragem de expô-la ou divulgá-la. Sob esse enfoque, a figura de Sepé Tiaraju me parece, antes de tudo, trágica e, assim, como já disse acima, objeto de lástima, dor e comiseração. Na de literato, existe não pouco a surpresa e admiração de que o nosso folclore apresente, dois séculos e meio após a morte de Sepé, tais reminiscências e riquezas como as em parte apontadas pela geografia, historiografia e filologia guarani, sem falar da possibilidade de pesquisas em tantas outras ciências transdisciplinares.

Quanto às conseqüências históricas de suas lutas, já indiquei, embora insuficientemente, algumas. Como, porém, as vejo num grande contexto individual, até intercontinental e universalmente humano, bem como religioso-cristão, creio que não se deva exagerar em absoluto o alcance individual de um Sepé Tiaraju, apesar de seu incidente trágico e, sob certo aspecto, heróico.

IHU On-Line – Como poderia ter sido a história dos guaranis e do Rio Grande do Sul sem a liderança e a figura de Sepé Tiaraju?

Arthur Rabuske – Essa pergunta, tal como se acha enunciada, parece-me basear-se excessivamente numa espécie de mito Sepé

Tiaraju. Além disso, sendo historiador por escolha e profissão, o meu campo de pesquisas deve ser, antes de tudo, o dos fatos comprovados e sua interpretação, e não o das hipóteses ou conjeturas de como poderia ter sido. Além do mais, objetivamente falando, cada uma das Reduções, não somente as Sete, nem ainda as Trinta e as outras, em 1768, perto de setenta, sob a responsabilidade de missionários jesuítas no Antigo Paraguai, tinha seu regime próprio, como que visando, em quase tudo, à independência e auto-suficiência em relação às outras. Assim, por exemplo, tinha cada *pueblo* seu regimento de guerreiros, mas estes nunca vieram a constituir um só exército. Lembre-se de que, na própria “guerra guaranítica”, os “militares” de Santo Ângelo não quiseram combater sob o comando de Sepé Tiaraju. Em conclusão, poderia se adiantar que, sem ou com Sepé, a história da generalidade guarani e, sobretudo a do Rio Grande do Sul, não teria sido diferente da que vem se construindo desde 1756. Outra coisa teria sido se, depois de 1768, o regime civil e religioso não tivesse passado nas Reduções dos jesuítas para outras mãos, cabendo a administração a funcionários leigos brancos e o religioso-pastoral a outras ordens religiosas, de vida consagrada. De resto, como pensador cristão, admito que o “Dedo de Deus dirige os povos todos e a humanidade inteira”.

IHU On-Line – Como se encontram a cultura indígena e a cultura cristã na figura do índio Sepé?

Arthur Rabuske – Essa questão, como está, deveria ser respondida com base em documentos explícitos e concretos, os quais, conforme nos consta, quanto a Sepé, eram desconhecidos antes do ano 1750. Pode se admitir, contudo, que indiretamente seja possível lembrá-los. Assim, constatamos que Sepé, a essas alturas, já se encontrava diante de uma cultura guarani “batizada” ou erguida ao patamar cristão desde 1632, quando se fundou a 1ª Redução de São Miguel, que hoje é o município de São Pedro do Sul. Desse jeito,

era ele descendente de ancestrais cristãos na terceira ou quarta geração. Pode, por conseguinte, supor-se, por boas razões, que para ele a cultura cristã já era óbvia, normal e indiscutível. Segundo Ludovico Antônio Muratori, em seu livro conhecidíssimo, intitulado *Il Cristianesimo Felice nelle Missioni dei Padri della Compagnia di Gesù nel Paraguai* (*O cristianismo feliz nas Missões dos Padres da Companhia de Jesus no Paraguai*), cujo primeiro tomo se editou em 1742, pode se aventurar a hipótese de que Sepé, desde a sua meninice, tenha vivido tal época de ventura dourada. Certo é que, então, não mais havia para ele os choques iniciais, próprios de duas culturas tão diferentes como a guarani e a cristã. Além disso, os próprios missionários se haviam aculturado em tudo que não fosse ruim, segundo a lei natural e oposto às diretrizes do Evangelho ou da Bíblia.

Dire-se-ia, por outra, que Sepé e sua gente já eram civilizados, que não tinham nenhuma saudade da vida seminômade anterior e se sentiam bem em sua condição cristã-católica, isto é, assim como em sua querência. Mais, era Sepé orgulhoso ou altivo quanto a seu bem-estar onímodo, não precisando sequer invejar ao colono castelhano em questão de progressos materiais, pedagógicos, sociais, artísticos e culturais. Tinha ele acompanhado, desde criança, a construção da igreja miguelista, que se erguera de 1715 a 1746, a qual, em sua ruína eloqüente, ainda nos fala e veio a ser Monumento da Humanidade. Muito provável também é que ele vivesse sua fé e fizesse parte da Congregação Mariana dos Homens, em que apenas eram admitidos cristãos fervorosos e autênticos, cujo ideal era até o da aspiração à perfeição cristã, pois, aliás, senão, não teria chegado a corregedor e alferes-real.

CATÁLOGO EXPRESSÃO POPULAR

VIDA E OBRA

Rosa Luxemburgo — Vida e obra

Isabel Maria Loureiro

Paulo Freire – Vida e obra

Ana Inês Souza (org.)

O pensamento de Che Guevara

Michael Löwy

Anton Makarenko — Vida e obra

Cecília da Silveira Luedemann

Lenin – coração e mente

Tarso F. Genro e Adelmo Genro Filho

Florestan Fernandes – Vida e obra

Laurez Cerqueira

Ruy Mauro Marini – Vida e obra

Roberta Traspadini e João Pedro Stedile (orgs.)

ECONOMIA, POLÍTICA, PEDAGOGIA, FILOSOFIA, SOCIOLOGIA, HISTÓRIA...

Sobre a prática e sobre a contradição

Mao Tsé-tung

Reforma ou revolução?

Rosa Luxemburgo

Fundamentos da escola do trabalho

M. M. Pistrak

O papel do indivíduo na História

G. V. Plekhanov

A nova mulher e a moral sexual

Alexandra Kolontai

A hora obscura

Julius Fucik – Henri Alleg – Victor Serge

Clássicos sobre a revolução brasileira

Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes

Estratégia e tática

Marta Harnecker

Marx e o socialismo

César Benjamin (org.)

Florestan Fernandes – sociologia crítica e militante

Octavio Ianni (org.)

Che Guevara – política

Eder Sader (org.)

Gramsci — poder, política e partido

Emir Sader (org.)

Teoria da organização política – I

Ademar Bogo (org.)

REALIDADE BRASILEIRA

**A questão agrária no Brasil –
o debate tradicional – 1500-1960**

João Pedro Stedile (org.)

**A questão agrária no Brasil –
o debate na esquerda – 1960-1980**

João Pedro Stedile (org.)

**A questão agrária no Brasil –
programas de reforma agrária
– 1946-2003**

João Pedro Stedile (org.)

A história da luta pela terra e o MST

Mitsue Morissawa

A linguagem escravizada

Florence Carboni e Mário Maestri

História das idéias socialistas no Brasil

Leandro Konder

Mato, palhoça, pilão

Adelmir Fiabani

Pedagogia do Movimento Sem Terra

Roseli Salete Caldart

Belo Monte – uma história da guerra de Canudos

José Rivair Macedo e Mário Maestri

Tiradentes, um presídio da ditadura

Alípio Freire, Izaías Almada, J. A. de Granville Ponce (orgs.)

LITERATURA

A mãe

Máximo Gorki

Contos

Jack London

Assim foi temperado o aço

Nikolai Ostrovski

Os mortos permanecem jovens

Anna Seghers

Week-end na Guatemala

Miguel Ángel Astúrias

Aqui as areias são mais limpas

Luis Adrián Betancourt

AMÉRICA LATINA EM LUTA

EZLN – passos de uma rebeldia

Emilio Gennari

Políticas agrárias na Bolívia (1952-1979) - Reforma ou revolução?

Canrobert Costa Neto

PERSPECTIVAS

Tecnologia atômica

ETC Group

TRABALHO E EMANCIPAÇÃO

A dialética do trabalho

Ricardo Antunes (org.)

O ano vermelho

Luiz Alberto Moniz Bandeira

Marx e a técnica

Daniel Romero

A liberdade desfigurada

Arnaldo J. F. Mazzei Nogueira

O trabalho atípico e a precariedade

Luciano Vasapollo

REVOLTAS MILITARES

A esquerda militar no Brasil

João Quartim de Moraes

A rebelião dos marinheiros

Avelino Bioen Capitani

Loja virtual: www.expressaopopular.com.br